



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária do terceiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos três de dezembro de dois mil e dezenove, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Salmo – Capítulo 1, versículos 1 ao 6: “É feliz quem não segue o conselho dos maus, não se detém no caminho dos pecadores nem toma parte nas reuniões dos zombadores, mas na lei do Senhor encontra sua alegria e nela medita dia e noite. Será como árvore plantada à beira de um regato, que dá fruto no devido tempo e cuja folhagem não seca: em tudo o que faz terá sempre sucesso. Os maus, porém, não são assim; são como palha que o vento carrega. Por isso não podem enfrentar o julgamento, e os pecadores não têm vez na reunião dos justos. Pois o Senhor conhece o caminho dos justos, mas a senda dos maus leva à ruína”. A seguir, o Sr. Presidente, antes de dar o prosseguimento na pauta, registrou a todos que, naquela noite, eles estariam fazendo o teste do equipamento eletrônico de registro, ele simplesmente era um teste, até porque o regimento que tinha acabado de fazer toda a revisão, deveria vir para votação do Plenário para ser aprovado, e aí, sim, o sistema eletrônico iria passar a ser feito dessa forma, e que, naquele dia, como teste, gostaria que todos os Vereadores já estivessem de posse de seus monitores, e ele iria pedir o registro da presença, através do painel eletrônico e também da oralidade, e que iria chamar o nome dos Vereadores, eles responderiam a presença e também digitariam a presença para testar os painéis e testar o sistema, e que mesmo assim precisava da oralidade para constar em registro de ata, quem estivesse com o painel de frente, era só digitar a senha cadastrada, para liberar o painel para registrar a presença; a seguir, determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, foram colocadas em votação as Atas da Sessão Ordinária anterior e da Décima Quarta Sessão Extraordinária, acontecida em dezenove de novembro de dois mil e dezenove, as quais foram aprovadas por unanimidade de votos, uma a uma, pelo Plenário, e assinadas pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente deu início à leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. Ângelo Roberto Torres pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, III do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Projetos, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, e da correspondência de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER-nº 0166/2019, encaminhando a Casa Projeto de Lei que altera, conforme especifica, a Lei Municipal nº 2.610/2019, que autoriza o Poder Executivo a conceder repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ao Projeto Lar Feliz, entidade cadastrada no Conselho Municipal, para execução de projetos aprovados, e dá outras providências; 2. Ofício DER-nº 0168/2019, encaminhando a Casa Projeto de Lei, que altera, conforme especifica, a Lei Municipal nº 2.609/2019, que autoriza o Poder Executivo a conceder repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente à APAE, entidade cadastrada no Conselho Municipal, para execução de projetos aprovados, e dá outras providências; 3. Ofício DER-nº 0169/2019, encaminhando a Casa emenda ao Projeto de lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termos diversos com a Federação Paulista de Futebol visando sediar a Copa São Paulo de Futebol Júnior – 2020, e dá outras providências, depois de lidos, foram encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer; 4. Ofício SEGOV nº 0926/2019 dando resposta ao Requerimento nº 178/2019 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Delegado de Polícia Civil, titular da Delegacia de Polícia de Jaguariúna, informações que e conforme especifica, quanto ao curso das eleições de Conselheiros Tutelares ocorridas no último dia 06 de outubro do corrente ano; 5. Ofício SEGOV nº 0930/2019 acusando o recebimento das Indicações nºs. 217/2019 do Sr. David Hilário Neto e 218/2019 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo; 6. Ofício SEGOV nº 0931/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 195/2019 do Sr. José Muniz, solicitando informações se há possibilidade de transformar a UPA em Unidade de Pronto



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Atendimento Infantil com atendimento 24 horas; 7. Ofício SEGOV nº 0939/2019 dando resposta ao Requerimento nº 182/2019 do Sr. David Hilário Neto, solicitando informações da previsão para que sejam instalados os cabeamentos necessários na UBS Cruzeiro do Sul, para que o aparelho de eletrocardiograma possa começar a funcionar e informar quantos desses aparelhos estão disponíveis na rede de saúde pública do município; 8. Ofício SEGOV nº 0940/2019 dando resposta ao Requerimento nº 184/2019 do Sr. David Hilário Neto, solicitando informações da previsão para que os consultórios dentários da UBS Cruzeiro do Sul comecem os atendimentos à população e qual o motivo de até o momento não estarem funcionando; 9. Ofício SEGOV nº 0941/2019 dando resposta ao Requerimento nº 185/2019 do Sr. José Muniz, solicitando informações do porquê ainda não foi feita a cobertura da quadra da Escola Prefeito Francisco Xavier Santiago, no bairro de Guedes; 10. Ofício SEGOV nº 0943/2019 dando resposta ao Requerimento nº 181/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando informações se existe alguma justificativa para os incidentes com a população que vem acontecendo durante a obra de pavimentação asfáltica na estrada JGR, de acesso ao Bairro Bom Jardim e Outros, entre outra questão; 11. Ofício SEGOV nº 0944/2019 dando resposta ao Requerimento nº 195/2019 do Sr. José Muniz, solicitando informações se há possibilidade de transformar a UPA em Unidade de Pronto Atendimento Infantil com atendimento 24 horas; 12. Ofício SEGOV nº 0945/2019 acusando o recebimento das Indicações nºs. 220 e 221/2019 do Sr. Afonso Lopes da Silva; 222/2019 do Sr. Ângelo Roberto Torres; 219/2019 da Sra. Cássia Murer Montagner e 223/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva; 13. Ofício SEGOV nº 01019/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 196/2019 do Sr. Ângelo Roberto Torres, solicitando informações sobre o número de inscritos para moradia popular e quando será feito novas inscrições para casa popular; 14. Ofício SEGOV nº 01020/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 197/2019 do Sr. Ângelo Roberto Torres, solicitando informações sobre o Requerimento nº 077/2019, de sua autoria, para implantação de bilhete único de transporte no Sistema Cartão Cidadão; 15. Ofício SEGOV nº 01021/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 198/2019 da Sra. Cássia Murer Montagner, solicitando informações que tratam do uso e reparos de equipamentos no Parque Santa Maria, onde ficam sediados circos que visitam a cidade, entre outras questões; 16. Ofício SEGOV nº 01022/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 199/2019 do Sr. Ângelo Roberto Torres, solicitando informar o porquê foi mudado o embarque



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e desembarque dos alunos nas vans e ônibus na E.M. Cel. Amâncio Bueno, entre outra questão; 17. Ofício SEGOV nº 01023/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 200/2019 do Sr. Ângelo Roberto Torres, solicitando informações se existe a possibilidade de implantar, nas linhas municipais, o micro ônibus; 18. Ofício SEGOV nº 01024/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 201/2019 da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana, solicitando à Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS informações se o asfalto que está sendo quebrado para passagem da tubulação de gás está sendo refeito dentro dos padrões de qualidade e segurança já existentes no município; 19. Ofício SEGOV nº 01025/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 202/2019 da Sra. Inanda Lúcio de Barros Santana, solicitando informações do porquê até o momento não foi atendida e respondida a Indicação nº 173/2019, para que seja instalada lombada em frente à Igreja Assembleia de Deus Belém, na Avenida Cruzeiro do Sul, no Br. Cruzeiro do Sul; 20. Ofício SEGOV nº 01026/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 203/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando informações sobre o não cumprimento da lei nº 2.642 pelo Executivo Municipal, que dispõe sobre a afixação do disposto no artigo 4º da Lei Federal nº 13.640, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Código de Defesa do Usuário do Serviço Público) nos estabelecimentos públicos no âmbito do município de Jaguariúna, e dá outras providências; 21. Ofício SEGOV nº 01027/2019 acusando o recebimento do Requerimento nº 204/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando informações sobre o Requerimento nº 179/2019, solicitando quando será cumprido o compromisso de valorização salarial feito pelo senhor Prefeito com a Guarda/Polícia Municipal de Jaguariúna. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Projetos: 1. De Lei da Sra. Cássia Murer Montagner que dispõe sobre a instituição do Programa Municipal de Combate à Disseminação de Informações Falsas (Fake News), e dá outras providências; 2. De Lei do Sr. Romilson Nascimento Silva que dispõe sobre a afixação informativa de locação em todos os imóveis utilizados pela Administração Pública Direta, Indireta e Autárquica, no âmbito do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 3. De Lei do Sr. Romilson Nascimento Silva que dispõe sobre a emissão de Declaração Negativa de Atendimento nos serviços públicos prestados pelo Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 4. De Decreto Legislativo da Mesa Diretora que fixa o número de Vereadores para a 17ª Legislatura (2021-2024), e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dá outra providência, depois de lidos foram os projetos encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando ao Executivo Municipal informar porquê até o momento não foi atendido o Requerimento nº 108/2019 de 06 de junho de 2019, de minha autoria, solicitando a construção de um Posto de Saúde no Bairro Tanquinho Velho; 2. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva solicitando às Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda para que a linha de transporte coletivo que serve ao Bairro Jardim Imperial, se estenda até o Bairro Reserva da Barra (com cópia para o Executivo Municipal); 3. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal fornecer a cópia, na íntegra, do processo de aprovação do Loteamento Águas do Jaguari; 4. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações relativas à Secretaria de Defesa Social (período 2009 a 2012), conforme especifica. Indicações: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal a criação de um Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras; 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal a edição de um Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Central de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e guias intérpretes para surdocegos, no âmbito do município de Jaguariúna, e dá outras providências; 3. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva solicitando ao Executivo Municipal para que seja feito um ponto de ônibus na rua Cândido Bueno, na quadra do Mcdonald's; 4. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco – Magrão solicitando ao Executivo Municipal iluminação na Vicinal JGR no trecho compreendido entre a Igreja Sta. Cruz, passando pela Fazenda Guayçara até a Olaria Takemassa, no Br. Tanquinho Velho. 5. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco – Magrão solicitando ao Executivo Municipal pavimentação asfáltica na Vicinal JGR no trecho compreendido entre a Igreja Sta. Cruz, passando pela Fazenda Guayçara até a Olaria Takemassa, no Br. Tanquinho Velho; 6. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal dispor sobre aposentadoria do funcionário que exerça as atividades previstas no § 8º do art. 144, da Constituição Federal, no Município de Jaguariúna; 7. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal para que institua nas escolas públicas, privadas e em todo o Município de Jaguariúna, campanhas de conscientização quanto à utilização e respeito à faixa de segurança (faixa de pedestre); 8. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal dispor no Município de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna sobre a obrigatoriedade do hospital e maternidade públicas e privadas a prestarem orientações para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho, asfixia e prevenção de morte súbita de recém-nascidos; 9. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal limpeza e conservação na Praça Santa Cruz; 10. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal colocação de redutor de velocidade no bairro Tanquinho Velho; 11. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal colocação de redutor de velocidade na Rua Laranjeira, no Bairro Roseira de Cima. Moção: 1. Do Sr. David Hilário Neto de congratulações e louvor aos motoristas da ambulância Kleber Funchini e Carlos Darri, pela importância desses profissionais, que apesar de todas as dificuldades enfrentadas no cotidiano, se dedicam diariamente para salvar vidas. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Ofício nº 120/2019 da Diretora Presidente da ASAMAS – Associação Santa Maria de Saúde dando resposta ao Requerimento nº 190/2019 do Sr. José Muniz solicitando informações sobre quantos médicos estão cadastrados na COAPH; quantos trabalham prestando serviços ao Hospital e à UPA e suas especializações; 2. Ofício nº 121/2019 da Diretora Presidente da ASAMAS – Associação Santa Maria de Saúde dando resposta ao Requerimento nº 191/2019 do Sr. José Muniz solicitando informações sobre o motivo de não terem sido realizados exames de Eletroencefalograma no Hospital, sendo que foi assinado contrato com a Empresa Brasil Laudos, em 2018, que contempla tal exame; 3. Ofício nº 122/2019 da Diretora Presidente da ASAMAS – Associação Santa Maria de Saúde dando resposta ao Requerimento nº 192/2019 do Sr. José Muniz solicitando informações sobre o motivo de estar parado o aparelho de exame de Desintometria Óssea no Hospital, sendo que foi assinado contrato com a Empresa Brasil Laudos, em 2018, que contempla tal exame, entre outra questão; 4. Carta do Gerente de Relacionamento da CPFL Santa Cruz dando resposta ao Requerimento nº 173/2019 do Sr. Cristiano José Cecon solicitando informações do motivo real das trocas dos relógios de energia que vem acontecendo nas residências do Município, e se o valor da tarifa cobrada em Jaguariúna é diferente do cobrado em outras cidades; 5. Ofício nº 129/2019 da Diretora Presidente da ASAMAS – Associação Santa Maria de Saúde encaminhando parecer elaborado pelo Departamento Jurídico da ASAMAS, referente aos Requerimentos e/ou solicitações do Poder Legislativo diretamente com a Entidade. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: pela ordem, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposições acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposições; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposições, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando ao Executivo Municipal informar porquê até o momento não foi atendido o Requerimento nº 108/2019 de 06 de junho de 2019, de sua autoria, solicitando a construção de um Posto de Saúde no Bairro Tanquinho Velho, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva solicitando às Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda para que a linha de transporte coletivo que serve ao Bairro Jardim Imperial, se estenda até o Bairro Reserva da Barra (com cópia para o Executivo Municipal) , em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal fornecer a cópia, na íntegra, do processo de aprovação do Loteamento Águas do Jaguari, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações relativas à Secretaria de Defesa Social (período 2009 a 2012), conforme específica, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Moção do Sr. David Hilário Neto de congratulações e louvor aos motoristas da ambulância Kleber Funchini e Carlos Darri, pela importância desses profissionais, que apesar de todas as dificuldades enfrentadas no cotidiano, se dedicam diariamente para salvar vidas, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso, por sete minutos e vinte segundos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: faria uso da palavra a senhora Cássia Murer Montagner, que a passou; fez uso da palavra o senhor Cristiano José Cecon, que cumprimentou a todos dizendo que era um prazer mais um dia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

poder estar lá, e que a fala dele era sobre a CPFL, a autuação, a multa de quase um milhão e meio de reais, devido ao trabalho deles e ao PROCON; ela estava mostrando um pouco que estava aceitando as denúncias e procurou a Prefeitura para conversar, dizendo que estavam sendo rigorosos; parabenizou o doutor Edson Cardoso de Sá, do PROCON, pelo excelente trabalho; ele também foi dado como um pouco criterioso, porém, eles não sabiam a dificuldade que estava tendo a população para pagar aquelas contas absurdas todos os finais de meses que, eles não sabiam, não conheciam aqueles números; disse que a reunião com a Prefeitura, até aquele momento eles não foram convidados e seria na próxima sexta feira, e ele estava achando que no lugar deles recuarem um pouco, eles iriam querer que eles calassem a boca e parassem de persegui-los, porém, não iria acontecer aquilo, pelo contrário, iria piorar a coisa, ele estava desconfiado e não tinha certeza de que já tinha diminuído a pressão na população com as contas vindas do Cartório, mas ele não ria comemorar, porque ele não tinha as provas ainda, mas ele queria ouvir da boca deles aquilo, porque ele iria ficar muito feliz; falou que ele teve a resposta da Assistente Social e que exista a tarifa social nas contas de energia; existia a tarifa social para as famílias de baixa renda e tinham residências que tinham pessoas que usavam o respirador, eles poderiam procurar a Assistente Social, porque existia a tarifa social que diminuiria bem a conta e as pessoas, que imaginavam estar na faixa de baixa renda, deveriam procurar a Assistente Social e também com a Assistência Social e a própria CPFL que fizesse uma campanha para ajudar aquelas pessoas, que não eram bem informadas e passavam como bobas, mas na hora de mandar a conta exorbitante ou cortar a energia era boa mas, para informar à população quais eram os direitos delas, aquilo tanto fazia; lembrou que existiam empresas de Jaguariúna, as maiores iam procurar a ANAEL, já em Brasília, provavelmente, bateriam com a cara na porta porque existia algo mais sério e de cinquenta e três concessionárias, apenas três faziam a cobrança por cartório e Jaguariúna era uma e perguntou se era daquela forma que os ajudava em momentos de crise? Então, a parte deles iria ser reclamar e não se calarem com aquelas demandas da CPFL; agradeceu, novamente, a todos e desejou boa noite; a seguir, o senhor Presidente comentou com os demais Vereadores, ele não sabia se eles haviam notado, de que o tempo iria ficar disponível no telão, então, eles poderiam controlar o tempo de fala, porque ficaria disponível lá para todos acompanharem a partir daquele momento; a seguir, fez uso da palavra o senhor David Hilário Neto, que depois de cumprimentar os presentes disse que ele iria começar naquele dia o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que viram diversos surdos lá, a comunidade de surdos de Jaguariúna, sem entender o que eles estavam falando, mas em cima do que eles estavam questionando, o Hospital não tinha um intérprete de Libras para poder atendê-los, o Alexandre que estava lá estava esperando há semanas, e ia nas consultas e chegava lá não entendia o que ele falava, não entendia o que a nutricionista falava, não entendia absolutamente nada o que falavam e, infelizmente, a cobrança existia mas, o respeito e a responsabilidade era zero, inclusive, aquela Casa nunca teve um intérprete de Libras e ele iria sugerir ao Presidente para que no futuro, para o próximo ano ele não sabia, mas achava que tinha de fazer licitação para aquilo, porque era um trabalho burocrático mas, que aquela Casa poderia fazer aquilo para ter os representantes lá, só que o que eles estavam passando lá naquela noite, eles passavam, diariamente, no Município, não tinha uma central para atendê-los, eles ficavam totalmente desguarnecidos, sem conseguir se comunicar; pensou aquela pessoa em outro país sozinha, sem falar o idioma daquela pessoa, sem conseguir adquirir uma situação, era bem difícil e bem delicado, então, ele se envergonhava pelo Município de Jaguariúna estar acontecendo aquilo com eles e ele esperava que, em breve, aquilo fosse resolvido e acabasse uma vergonha como aquela; disse que, em cima daquilo, ele fez alguns questionamentos para a Presidente do Hospital e, mais uma vez, a Presidente do Hospital, o nome dela era doutora Renata, ele sempre evitava falar mas, chegava em um momento que tinha de começar a expor, porque passava de todos os limites da Cidade, ela mandou uma resposta para a Câmara Municipal direcionada àquela Casa, dizendo que ela não tinha obrigação nenhuma em dar satisfação ao Legislativo, a eles Vereadores, e o desrespeito não foi contra ele, não, foi contra cada um deles, ela, simplesmente, pegava sessenta milhões de reais, dinheiro público, dinheiro que aquela Casa, naquele dia mesmo, estaria mandando para o Orçamento de lá para lá, sessenta milhões e ela se negava a dar informações aquela Casa e ele nunca viu aquilo na história do Hospital, e quando ele falava que eles tinham de chamar o Conselho do Hospital lá, aquilo era urgente, não tinha cabimento e ele não sabia se o Presidente tinha visto a resposta da Presidente do Hospital e ele nunca viu igual na vida dele, ela poderia falar quanto era pago para cada médico porque ela estava escondendo; onde será que estava indo o dinheiro do Hospital? Eles estavam falando de sessenta milhões de reais, e a Presidente do Hospital falava que não devia satisfação a nenhum deles, ela devia para a população e até quando eles não iriam fazer absolutamente nada, e a resposta dela estava lá, pagou algum escritório para conseguir ter uma resposta para aquela Casa,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dizendo que não deveria falar com quem gastava, quanto gastava, a quem devia, e era o que ele falava, o Hospital, atualmente, não tinha um administrador hospitalar, tinham uma advogada administrando a presidência, nada contra os advogados, mas a parte financeira que, ele sabia, ela não tinha conhecimento algum, como nunca teve, senão, não estava a desordem e o desrespeito, fora a perseguição em cima de diversos funcionários de lá, os funcionários não podiam respirar, se saía de uma sala e conversava com a outra era repreendido de alguma forma e aquilo, automaticamente, quem a nomeou Presidente do Hospital, porque estavam vendo um Conselho que mais de quarenta por cento era direcionado ao Poder Público, então, estavam falando que, atualmente, a presidente era nomeada pelo Conselho que, indiretamente, era nomeada pelo Prefeito da cidade, e deixando acontecer umas aberrações como aquela; disse para a senhora Renata para que ela tivesse coragem, fosse lá naquela Casa e desse satisfação a cada um deles, para que parasse de se esconder atrás de uma mesa e atrás de um cargo e atrás de sessenta milhões de reais, que era investido em Jaguariúna, porque quando ele era cobrado na rua para falar onde estava o dinheiro da população, como estava indo o Hospital? porque a consulta estava indo para o ano que viria, de lá há quatro, cinco meses, ele não conseguia responder, e quando ele questionava, ela falava que ela não poderia falar nada para a Câmara Municipal, e aquilo era uma vergonha o que estava acontecendo; pediu para que os convocassem lá, porque ele sozinho não tinha aquele poder de convocá-los, se quer respondiam a um requerimento, imaginassem um convite, exclamou, então, ficava lá a indignação dele e qualquer coisa ele estava à disposição e se ele estivesse cometendo qualquer erro, para que fosse lá e falasse na cara dele, não fosse falar atrás de mesa e fofocar no Hospital, aquilo era muito feito, e o Hospital tinha servidores lá há mais de quinze anos, pessoas que não estavam lá por política, estavam lá para trabalhar para a população, e ela estava gerando lá um conflito de guerra e, infelizmente, quem estava sofrendo com tudo aquilo era o povo de Jaguariúna, então, ficava lá o seu repúdio à Presidente do Hospital e toda a diretoria de lá que, atualmente, era composta pelo desrespeito com a Câmara Municipal de Jaguariúna; agradeceu a todos; a seguir, faria uso da palavra a senhora Inalda Lúcio de Barros Santana que a passou; em seguida, fez uso da palavra o senhor José Muniz que, depois de cumprimentar a todos, disse que pegando o gancho do Vereador David, ele entrou com requerimento na Casa, para a Mesa, para um intérprete e ele também achava uma vergonha o Hospital, a ASAMAS, a UPA não ter uma pessoa que pudesse se comunicar com os médicos lá, porque



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aquilo já tinha passado do ridículo, inclusive, ele acompanhava aquilo, diariamente, já passou aquela idéia para a frente, não foi acatada, idéias boas para estar fazendo um trabalho lá e inclusive tinham pessoas na cidade qualificadas para aquilo e, atualmente, Jaguariúna não tinha uma pessoa daquela no Hospital, ainda; pegou o gancho para dizer que era uma vergonha, tinha chegado o requerimento dele lá e era vergonhoso, a Presidente do Hospital assinava o contrato lá, assinava tudo lá e o mandava procurar a Secretária de Saúde; disse que aquilo era vergonhoso e ele não sabia, realmente, o que ela estava fazendo lá, dar uma resposta daquela para ele, ele estaria indo no Ministério Público, no dia seguinte, porque aquilo era um desaforo muito grande, a pessoa não conseguir dar uma resposta para eles de uma coisa tão simples; a pessoa assinava os contratos e o mandava pegar a resposta com uma outra pessoa totalmente diferente, então, ele não estava entendendo o que estava acontecendo, era uma falta de respeito enorme, demorava para dar uma resposta e quando dava era uma resposta que não tinha nem cabimento, então, o que ela estava fazendo lá? Comento que se ele procurava a Secretária da Saúde, falava que era com a Presidente do Hospital, se ele procurava a Presidente do Hospital, o mandavam procurar a Secretária da Saúde, mas quem assinou os contratos foi ela, não a Secretária de Saúde, então, era inaceitável uma coisa daquelas, era uma vergonha com as respostas que ele teve lá com a Presidente do Hospital, era uma vergonha, depois falavam que eles estavam pegando no pé, que eles eram chatos, mas eles não tinham respostas, as pessoas cobravam na rua, inclusive a respeito de uma câmera que tinha lá no Hospital; disse que procuraram por ele para falar que estava tendo roubos de carro, um dois, por semana e, naquele dia, ele tinha ido atrás das pessoas para saber de colocar câmeras lá e falaram para ele que eram dois mil reais para colocar uma câmera lá, e até aquele momento nada, e aquilo era uma vergonha, por causa de dois mil reais os funcionários saíam do Hospital lá e, muitas vezes, a pessoa não tinha seguro e o carro não estava lá, e a pessoa não tinha condições de colocar uma câmera lá de dois mil reais para poder fazer o monitoramento e deixar o pessoal trabalhar com mais segurança; disse que aquilo era um absurdo, eles acabaram de falar de sessenta milhões para o Hospital e não terem dois mil reais para colocar uma câmera no Hospital, então ficava difícil trabalhar, realmente, e que ele achava que eram coisas pequenas, que davam para resolver e consertar, e que se tornavam tão grande depois; comentou que, naquele dia, ele ficou feliz, ele achava que vários Vereadores tinham entrado com requerimento a respeito do Raio X da UPA e parecia que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

iria ser inaugurado lá, no final do ano, no começo de janeiro, estava quase tudo pronto e a população ficava sofrendo seis meses lá, já era para estar funcionando há muito tempo e, infelizmente, também estava parado, estava sendo concluída a instalação, debaixo de muita briga, não tinha respaldo nenhum lá mas, graças a Deus, estava saindo, iria ser inaugurado lá muito em breve e iria acabar o transtorno de estarem chamando a ambulância para estar indo no Hospital tirar Raio X e pegava e voltava, e chamava a ambulância de novo para levar de volta e era um transtorno que era para estar sendo evitado há muito tempo, porque se estava o aparelho lá no chão há quase um ano, então aquilo era inaceitável e ele achava que eles não poderiam calar, e quando o Vereador falava que tinham, realmente, de chamar a Presidente do Hospital para dar explicação; falou ao Cristiano que era o Presidente da Saúde, realmente, ele achava que estava na hora e que não custava nada ir lá, convocar e a pessoa ir lá explicar o que estava acontecendo; a seguir, fariam uso da palavra os senhores Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva que a passaram; fez uso da palavra a senhora Tais Camellini Esteves que, depois de cumprimentar a todos, disse que ela gostaria de fazer um questionamento, porque o pessoal do Hospital a procurou e disseram que estava atrasando o pagamento, até o dia trinta e um era para sair o décimo terceiro de uma empresa Brasil Laudos dentro do Hospital e ela gostaria de questionar o Prefeito se, realmente, aquilo era verdade, se estava atrasando o pagamento, porque o pessoal estava preocupado com aquilo e ela gostaria de avisar os Vereadores que era uma empresa chamada “Brasil Laudo”, que estava atrasando o pagamento dos funcionários e que teriam o décimo terceiro que seria dia trinta ou dia trinta e um e não caiu, então, ela deixava todos avisados; a seguir, fez uso da palavra o senhor Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos dizendo que foi levantada aquela questão do deficiente, que era uma questão que estava sendo discutido em Brasília, que era uma questão muito preocupante, e ele não sabia se todos sabiam que o país tinha uma política de inserção dos deficientes no mercado de trabalho e cada empresa, dependendo do número de empregados, ela era obrigada a contratar um número x de deficientes e estavam em um estudo para, de certa forma, olhar aquela lei ou revisar aquela lei e obrigando a empresa a ter algum vínculo para o terceiro setor, alguma ajuda filantrópica, eles não poderiam deixar aquilo acontecer e eles, enquanto Vereador, tinham de ficar de olho naquilo, da questão da inserção do deficiente no mercado de trabalho era uma coisa muito importante, do ponto de vista da sociedade e até do ponto de vista dele como pessoa, ter o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seu trabalho, porque independente ou não de deficiência ele estava contribuindo com a questão profissional do país e com a questão também da produtividade do país, então, tinham de ficar olho, qualquer mudança que o Governo quisesse fazer, eles tinham de ficar acompanhando aquilo; que outra coisa também que o Zé Muniz colocou e pediu ajuda de todos os Vereadores e ele não sabia se o Zé Muniz lembrava daquilo, era em relação à FEART, daquele momento que ele tinha colocado que eles precisavam de ajuda, principalmente, na estrutura das barracas que estavam com vários problemas estruturais e ele pediu ajuda dos Vereadores para ver o que poderia ser feito do Executivo, e ele, pessoalmente, esteve conversando com o Gustavo, falou com a Secretária Graça da situação das tendas e demorou um pouco a solução, mas ela saiu na semana passada, que foram compradas vinte tendas novas e foram entregues para os artesãos da FEART e, sem dúvida alguma, mais do que a questão dos artesãos era o investimento no Turismo, no empreendedorismo da cidade, então, aquele apelo que o Zé fez, eles também correram atrás e tinham coisas que eles não ficavam fazendo e vendo como resolveria; disse de uma indicação que ele fez da linha do Imperial e do Reserva da Barra que tinha uma reivindicação do ônibus da Reserva da Barra para que aquela linha se estendesse até aquele bairro e eles sabiam que era um bairro novo lá e tinham poucas linhas e o Ana Helena e o ônibus que ia para a Posse que acabava adentrando lá no Reserva da Barra e precisavam, na verdade, mais linhas e mais horários, então, eles fizeram aquela sugestão e ele encaminhou para o Poder Executivo para que se fizesse um estudo; outra coisa era que tinha sido inaugurado Mc Donald's e quisessem ou não, lá iria ser uma área com bastante movimento, principalmente de pessoas, de pedestres e era interessante do ponto de vista próximo ao Mc Donald's, as pessoas iam visitar a loja lá e queriam, de certa forma, ou subir até a praça ou descer, iam ter de andar um pouco e ele achava que eles teriam de ficar conversando com o Josino para que se resolvesse aquilo, um ponto de ônibus próximo ao Mc Donald's para que as pessoas tivessem conforto na frequência, porque, sem dúvida alguma, iria ter lá naquele setor comercial; a seguir, fez uso da palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que, cumprimentou todos os presentes, dizendo que ele iria pegar as duas deixas do Vereador David e tentar aprofundar um pouquinho mais na fala dele, com relação às pessoas portadoras de deficiências, principalmente, a surdes e ele teve a oportunidade de entrar com duas indicações ao Executivo no sentido de entrar com um projeto de lei beneficiando o Município de pessoas capacitadas para poder atender aquelas pessoas que eram muitas e dependiam de um melhor atendimento por parte do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Poder Público para poder amenizar as dificuldades que elas tinham de entendimento da fala através dos sinais, e graças ao trabalho da assessoria dele e ele levantava a bola da Assessora dele que fez a busca por projeto de lei na Região, parecidos, ele tentou apresentar projetos de leis naquela Casa mas, como acarretava despesas ao Poder Público e viu que era um vício de iniciativa, ele estava sugerindo ao Poder Público que levasse adiante a idéia lá proposta; disse que aquilo chegou de encontro aos anseios daqueles munícipes que, realmente, necessitavam de um auxílio para amenizar as suas dificuldades, então, ele pedia para que o Executivo recebesse aquelas indicações com carinho e que muito em breve pudesse encaminhar a Casa projetos de lei para beneficiá-los; a respeito da resposta por parte da Associação Santa Maria de Saúde, da qual ela buscou um parecer jurídico, teve todo um trabalho para dizer que ela não precisava prestar informação nenhuma aquela Casa e era com muita vergonha, realmente, e lá ele seguia as falas do David, que ele presenciava aquilo em uma sessão da Câmara, uma Presidente do Hospital, onde todos eles lá tinham o maior zelo por aquela instituição, votaram um projeto de lei lá em dois mil e um criando as Organizações Sociais, do qual o objetivo maior da criação daquelas organizações sociais era instituir a Organização Santa Maria de Saúde, que era a atual mantenedora do Hospital e que, até então, vinha prestando um serviço de grande importância ao Município e era um desserviço receber uma resposta daquela, ainda mais aquela Câmara Municipal, como bem disse o Vereador David, ela não estava agredindo o Vereador que vinha questionando ou o próprio Vereador Zé Muniz que vinha questionando a administração da ASAMAS, mas, sim, aquela Casa e ter a pachorra de fazer um parecer jurídico para dizer que não tinha que prestar informações aquela Casa, era vergonhoso, principalmente, por tudo aquilo que fizeram por aquele Hospital e discutiram, principalmente, nos anos passados quando foram lá pedir aumento no Orçamento, para que eles mandassem mais recursos àquela Entidade, para que ela pudesse prestar melhor serviço à população, e ir com uma resposta daquela era, realmente, algo de uma pessoa que não estava capacitada para administrar aquele Hospital; ele ia lá deixar clara a indignação dele com aquela pessoa, ela não estava apta a administrar aquela instituição, e ele pediria para a Administração Pública que, se possível, a mandasse embora ou a tirasse de lá, porque quem mandava o recurso para lá, a grande maioria do recurso era aquela Casa e eles iriam votar um recurso; eles iriam votar o Orçamento e se fosse para medir forças ele já votaria contra o Orçamento e pediria até aos nobres Pares que fizessem um requerimento de adiamento da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

discussão daquele Orçamento Municipal para que tivessem um pouquinho mais de vergonha na cara e não dar uma resposta daquela aquela Casa, porque o mínimo que ela tinha de prestar a eles eram as informações, então, não dava para admitir uma pessoa desqualificada e sem preparo frente àquele Hospital, ir dar a eles aqueles informações; disse que o projeto de lei que foi criado em dois mil e um, do qual o Hospital não era uma entidade privada, por mais que todo mundo achasse que lá a forma de administração fosse aquela, mas ela tinha parte do Poder Público lá, totalmente às suas atribuições, principalmente, através dos seus Conselhos e eles criaram aquilo para que, realmente, ficasse na mão da Administração Pública e não de uma pessoa que era advogada e pediu desculpas aos advogados, para poder dar uma resposta daquela aquela Casa, não cabia nem à classe dos advogados uma pessoa ser mal representada e representando o Hospital, então, aquilo o envergonhava, e o envergonhava realmente, falou ao David; disse que estavam há dezoito anos, desde dois mil e um lutando para que aquela Entidade desse certo e chegava uma pessoa desqualificada, porque ele não queria falar outra coisa lá, dar uma resposta daquela a aquela Casa, então, ele achava que não deveriam votar o Orçamento, e deveriam convocar, não convidar mais, e, sim, convocar aquela cidadã para prestar esclarecimentos para eles, e estava lá no artigo dez, se ele não estivesse enganado, porque ele lembrava que foram discutir aquele projeto de lei e muita gente falava para eles, a turma falava que eles iriam privatizar o Hospital, e perguntou se se lembravam daquilo, que saiu aquele Hospital, que iriam privatizar em dois mil e um, e privatizar nada, o Hospital era do Poder Público e estava lá no artigo nono que ela tinha de prestar informações; disse que a senhora Renata era desqualificada para as funções dela, da execução e fiscalização do contrato de gestão, o artigo nono: “o responsável pela execução do contrato de gestão ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recurso ou bens de origem pública, por Organização Social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ou à Câmara Municipal, sob as penas de irresponsabilidade solidária”, então, o mínimo que ela tinha de fazer era prestar informações aquela Casa, era o mínimo e eles estavam pedindo cordialmente, ainda, mas ela tinha a pachorra de fazer um parecer jurídico para dizer que não iria prestar informações para eles, iam medir forças, e ele que desculpasse a Administração, não iria votar favorável àquele Orçamento e iriam votar por duodécimo, e se fizessem aquilo a primeira vez, ele queria ver, e que tirasse aquela pessoa de lá, tirasse uma pessoa que não estava preparada para ficar naquele Hospital Municipal, para



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

poder fazer aquela resposta e poderia ser até que fosse pessoal contra os Vereadores lá, ele não sabia mas, dar uma resposta daquela para a Casa, que ela não deveria prestar informações para aquela Casa, era uma vergonha (naquele momento o senhor Presidente informou ao Vereador de que o tempo de fala dele havia acabado); o senhor Alfredo Chiavegati Neto pediu desculpas e disse que o irritava aquelas coisas, depois de vinte e quatro anos de vida pública ter de escutar uma pessoa lá que não dava para entender, sinceramente e que desculpassem os nobres Pares; a seguir, faria uso da palavra o senhor Ângelo Roberto Torres, que a passou; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que, primeiramente, passou a presidência dos trabalhos da Mesa para a senhora Vice Presidente, Cássia Murer Montagner, e, na tribuna, depois de cumprimentar a todos, disse que a primeira colocação dele na fala foi a respeito de um pedido de dois redutores de velocidade na cidade, um no bairro Tanquinho, próximo da Fazenda Guayçara, onde o trânsito era intenso e poderia estar causando algum acidente se não tivesse nenhuma medida, e outro pedido foi na Roseira, na Rua Laranjeira, ate já tinha sido pedido do Neguita, também, e em outras oportunidades já pediu também naquele trecho e pediram encarecidamente que a Secretaria de Mobilidade Urbana olhasse com bastante respeito a colocação naquelas áreas; a segunda colocação dele era a respeito do Padre Haroldo Rahm que havia falecido naquele final de semana, foi um pioneiro, um grande lutador pela causa de combate às drogas, aos dependentes químicos e os alcoólatras e ele deixou um legado muito importante para toda a sociedade, para toda a Região de Campinas e para todo o País, na verdade, então, lá ele deixava as condolências, e àquela instituição, todo o respeito que tinha pelo trabalho e que ele fosse propagado cada vez mais; com relação à questão da Libras, que foi abordado pelo Vereador David e pelo Vereador Fred, ele sabia que poucos estavam entendendo; houve um requerimento na Casa do Vereador José Muniz, há um tempo atrás, pedindo a questão do intérprete de Libras naquela Casa, e foi feito o encaminhamento competente, que foi fazer a cotação e existia o mercado que poderia atender às necessidades da Casa; disse que tinham software que poderia, automaticamente, fazer a tradução, atualmente, a TV ALESP fazia exatamente aquilo, então, teriam de adquirir aquele material e poderiam fazer uma licitação contratando aquele profissional que pudesse fazer simultaneamente lá ao vivo, era uma outra opção, mas tinha de haver um processo para que aquilo acontecesse, e a terceira era um programa que já deveriam ter visto em algumas televisões, onde a pessoa fazia um gesto ao lado do monitor, não só o “closed caption” que fazia, atualmente, a TV



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ALESP, tudo aquilo passou por análise da diretoria, e aquilo estava para entrar no Orçamento de dois mil e vinte; disse que tinham de trabalhar com previsão orçamentária e que aquela previsão orçamentária era fruto de um estudo e de um trabalho, então, não foi esquecida aquela questão e estavam tomando providências para que, no próximo ano, pudessem sanar aquele problema; disse que queria fazer mais uma proposta para todos os que estavam presentes, para que aquela Casa promovesse um curso de Libras aberto aos servidores da Casa e a todos os Vereadores, para que todos tivessem conhecimento daquela linguagem dos sinais, porque era muito importante para toda cidadania, e quando a pessoa se sentia excluída, fosse o deficiente físico, auditivo ou qualquer outra deficiência, realmente, era falta de cidadania e o Poder Público tinha a obrigação de fazer aquilo e deveria fazer aquilo, então, na Gestão dele aqueles cuidados estavam sendo tomados e estavam tomando as providências para que aquilo acontecesse no próximo Orçamento e, falando em Orçamento, comentou que eles fizeram um projeto da LOA, discutiram aquilo e existia toda uma estratificação de gastos e todos iriam ver o valor que estava lá, porque estavam prevendo alguns investimentos necessários naquela Casa, então, nada tinha sido por acaso e nem uma situação aleatória e chegaram em um valor porque fizeram uma estimativa de custos para o ano de dois mil e vinte, então ele deixava lá a solidariedade dele aos pedidos, à proposta do Vereador Fred, ele achava importantíssimo em todo o Serviço Público Estadual, Federal e Municipal que aquilo acontecesse, ao Vereador David pela defesa da Casa e ao Vereador Muniz pelo requerimento; em resposta a questão da CPFL ao Vereador Cecon, disse que ele teve uma conversa com o gerente da CPFL, o senhor Relson que também se dispôs vir naquela Casa prestar as informações, então, ele achava que era importante, sim, ir lá e falar para eles o que estava acontecendo para sanar aquele problema, além de ir lá no PROCON que ele estava sabendo que o PROCON chamou para aquela reunião, mas iam marcar na Câmara para que todos os Vereadores pudessem participar daquela discussão e fazer os questionamentos necessários àquela empresa, já que aquilo, realmente, vinha causando algum desconforto e ele estava à frente daquilo, tomando aquelas iniciativas, trabalhando em defesa da população, então lá, como Presidente daquela Casa ele se colocava à disposição para que eles agilizassem aquela reunião o quanto antes melhor, lá na Câmara Municipal junto com aquela empresa e com todos os Vereadores lá presentes e a população também, automaticamente, convidada; com relação ao que foi discutido lá do Hospital, era de praxe daquela presidência tudo o que chegava



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dos ofícios, as solicitações, tudo o que era encaminhado lá, ele dava ciência e encaminhava para a Secretaria Geral para que todos soubessem, então, aqueles ofícios chegaram e todos eles remetiam que o gestor do contrato pudesse ser a Secretaria da Saúde e os encaminhamentos deveriam ser direcionados a ele, e ele entendia as colocações dos Vereadores, às vezes até um pouco mais acalorada, mas o legislativo merecia todo respeito, sim, era o papel dele, fiscalizar, executar e ele achava que cabia estabelecer aquele diálogo com o Executivo para que as providências fossem tomadas para que eles trabalhassem com os ânimos um pouco mais serenos mas, não menos incisivos nas colocações pertinentes ao Legislativo daquela Casa, então, lá ele transmitia as informações dele, pediria ao Secretário de Governo que as levassem ao Poder Executivo e que fossem as recomendações do Poder Legislativo para a solução daquele problema. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 089/2019 do Executivo Municipal, dispõe sobre desconto no IPTU, quando pagos em parcela única (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art .50, § 1º, I, do R.I). Primeiramente, foi feita leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A Sra. Cássia Murer Montagner, pela ordem, pediu a palavra solicitando ao Sr. Presidente a possibilidade de suspender a sessão para alguns esclarecimentos a respeito do projeto, e apresentação de emenda; decorrido o prazo necessário para esclarecimentos, o Sr. Presidente reabriu a sessão, onde foi apresentada Emenda de autoria dos Srs. Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos, Ângelo Roberto Torres, José Muniz, Cássia Murer Montagner, Inalda Lúcio de Barros Santana, Romilson Nascimento Silva, Rodrigo da Silva Blanco, Cristiano José Cecon, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo: “Art. 1º - Altera o parágrafo único do artigo 1º do referido Projeto: Art. 1. (...) Parágrafo Único -



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

O desconto se aplica sobre a taxa de serviço público e sobre a contribuição de iluminação, lançadas conjuntamente ao IPTU.” Em discussão a emenda, pela ordem, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos pedindo que fosse feita a leitura, de novo, do parágrafo; então, o Presidente pediu, por gentileza, que fosse feita a leitura e, naquele momento, o Sr. Afonso Lopes Silva, Primeiro Secretário, fez a leitura do parágrafo único: “o desconto se aplica sobre a taxa de serviço público e sobre a contribuição de iluminação lançadas, conjuntamente ao IPTU”; a seguir, pela ordem pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos os presentes e disse que gostaria de destacar a importância da Câmara no fato de ter solicitado o adiamento daquele projeto de lei que iam votar na sessão anterior, a compreensão de todos os Vereadores que votaram favoráveis ao adiamento, já que não era extensivo o desconto de dez por cento do IPTU em relação às taxas de coleta de lixo e iluminação pública; e que até na sessão anterior foi conversado com todos os Vereadores, com o Secretário de Governo Valdir Parisi e disse acreditar que o Presidente da Câmara também intercedeu em relação aquele assunto; e o Sr. Walter disse que a Mesa toda; o Sr. Luiz Carlos de Campos, disse a Mesa e o trabalho dos Vereadores para estar sendo extensivo aquele desconto, também, dos dez por cento, não só ao IPTU como a taxa, a coleta de lixo e a iluminação pública; até lembrando que no ano passado, em dois mil e dezoito para dois mil e dezenove o IPTU teve um acréscimo que foi a inflação de quatro e setenta e seis por cento, no entanto, a coleta de lixo cresceu de dois mil e dezoito para dois mil e dezenove, trinta e dois por cento e a iluminação pública dezoito por cento e ele esperava que o valor já estivesse próximo, porque sabiam que taxa era rateio, confirmou, e esperava que aquele ano de dois mil e dezenove para dois mil e vinte fosse extensivo, pelo menos a inflação, com o crescimento que teve em relação aquele tipo de serviço; então, queria deixar registrado o trabalho da Câmara em relação ao desconto também, agradeceu; pela ordem, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que cumprimentou a todos os presentes e disse que apenas queria declarar o seu voto e que o voto era favorável para concessão do desconto de dez por cento para pagamento à vista em parcela única do IPTU de dois mil e vinte, inclusive com a incidência sobre a coleta de lixo e a iluminação pública no percentual; ela entendia que, além de proporcionar um incentivo aos contribuintes que fizeram aquela opção para o pagamento em dia e antecipando para quitar o imposto, era uma forma de estimular o desenvolvimento da Cidade; era para destacar a importância e a garantia daquele desenvolvimento e era preciso ressaltar que, sobre o ponto de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

vista da legislação os recursos arrecadados através do IPTU deviam ser direcionados pela Prefeitura para financiar, deu um exemplo, reformas, construção de escolas, postos de saúde, entre outras benfeitorias em obras e serviços de interesse da população de Jaguariúna; o poder de fiscalização que exerciam, enquanto Vereadores, permitiam acompanhar o emprego daqueles recursos pela Gestão Municipal de acordo com as prioridades da Cidade, desta forma, levando-se em conta da importância daquela medida e os impactos positivos que geravam tanto para a Administração Pública, quanto para a população, o seu voto era favorável à proposta; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo e disse que, também gostaria de tecer alguns comentários sobre aquele projeto que quando ele adentrou na Casa foi levantada aquela situação, onde as taxas estariam apartadas dele e, daí pediram uma audiência, uma reunião com a Secretaria de Finanças, Secretaria de Governo, enfim, o Executivo em si, e que uma boa parte dos Vereadores compareceram e foi discutido aquilo junto lá, não foi só uma ato exclusivo, mas o processo foi discutido e um ponto relevante daquela emenda, realmente, era incluir as taxas, mas ele tinha que fazer lá uma menção, ele tinha em posse todas as últimas leis que trataram de IPTU na Cidade, pelo menos, dos últimos anos e que nenhuma delas fez menção às taxas e que era a primeira vez que tinha aquele modelo de taxas sendo incluído e, nada mais justo, também que fizesse parte componente do desconto dos dez por cento mas, o parágrafo só foi inserido naquela lei para que corrigisse aquele erro histórico que, infelizmente, aconteceu e, agora dali por diante ele acreditava que passaria a ser modelo para os próximos anos de ter a composição das taxas, até porque as leis anteriores só tratavam a questão do IPTU, por anos foi daquela forma, então, a partir daquele momento acreditava que passava a ser um bom modelo para os próximos anos para que fosse apreciado pela Casa já contendo aquele parágrafo e incluindo as taxas discriminadamente no projeto de lei; disse que ele só queria fazer aquela menção e a discussão, realmente, aconteceu com o Executivo e gostaria de agradecer a todos os Vereadores quem levantaram a situação, quem participou das discussões com o Executivo, todos que tiveram participação direta naquele processo para que pudessem chegar naquele momento; pela ordem, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner dizendo que, só para lembrar que aquele desconto de dez por cento era um dos maiores dos últimos anos que ela se lembrava, talvez na época da inflação alta, era o maior, talvez na época lá, a inflação galopante houvesse um outro tipo de desconto mas, era um desconto bem significativo e que poderiam ficar contente com aquilo que era uma coisa



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

boa; pela ordem, pediu a palavra, novamente, o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que, de fato, apesar do desconto ser extensivo, ano passado, o desconto foi extensivo nas taxas só que de fato não tinha a previsão, como colocava tributos, ele pensava daquela forma, e as taxas também eram uma espécie de tributo que se estendia, também, o desconto mas, a redação de fato era a primeira vez, queria dizer, o ano passado não tinha, ele não podia falar de anos anteriores e que pesquisou do ano passado e, de fato, não tinha; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que, primeiramente gostaria de parabenizar o Executivo pela iniciativa do projeto em dar o desconto, realmente, significativo, achava que iria de encontro aos bons contribuintes que queriam pagar o seu tributo em uma única parcela e tendo um desconto que fosse atrativo; disse que os nobres Pares sabiam muito bem das reuniões junto ao Executivo e que, diversas vezes ele falou, em vez de fazer os empréstimos que desse um desconto maior no IPTU que acabava atraindo um Recurso maior no início do ano e, por diversas vezes naquela Casa, estavam discutindo, inclusive na sessão daquela noite também, o projeto do REFIS para valorizar e receber aqueles Recursos que lá seria recebido por parte da Prefeitura, propondo um desconto maior, mesmo que o REFIS fosse só um parcelamento sem juros e correção, quem pagava à vista já tinha um desconto que era muito atrativo, porque quem ia fazer, possivelmente o REFIS, nunca iria poder ter por todas as dificuldades que tinha, às vezes, para pagar o tributo; então, ele acreditava que era um número expressivo de desconto; parabenizou a Casa pelo trabalho e todo mundo sabia que as taxas, realmente, existia um parágrafo, naquela lei, que excluía as taxas diferente dos outros anos, porque as taxas tinham o desconto mas, nunca se ativeram àquilo e naquele projeto de lei a sorte era que não votaram e se tivesse votado, talvez teria cometido um equívoco e o desconto que seria de dez, provavelmente, seria no total dez e, sim, algo em torno de cinco por cento porque as taxas, como bem disse o nobre Vereador Bozó vinha subindo além da inflação; se tivesse um aumento significativo no ano de novo, provavelmente o desconto não teria muito reflexo porque, como bem disse o nobre Vereador Bozó, ano passado o aumento, principalmente, na coleta de lixo foi na ordem de trinta por cento, confirmou com o Bozó e disse que era trinta e dois por cento de aumento a iluminação pública, dezoito por cento; então, sem contar as pessoas que teriam benefício do desconto do pagamento, do tributo, daquela taxa, era só quem pagava o IPTU, imposto territorial, porque quem já tinha imposto predial onde a taxa de iluminação pública era cobrada na conta de energia, não tinha direito aquele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

desconto e que era bom deixar claro aquilo, então, só quem tinha o terreno que iria poder ter a oportunidade de pagar a iluminação à vista, a taxa com redução de dez por cento à vista; então, parabenizou o Executivo pela iniciativa e parabenizou a Casa por ter, realmente, trabalhado, principalmente, a Cássia que nas primeiras reuniões não concordava e achava que não era justo até para fazer o cálculo, explicar aquilo para a população ia ficar muito complicado e a Sra. Cássia confirmou que ficaria muito complicado e o Fred disse que ela foi uma das pessoas que, realmente, levou aquela discussão ao Executivo e ele parabenizou a Casa pelo trabalho e esperava que a população fosse a mais privilegiada, o bom contribuinte, confirmou com todos, que poderia pagar em dia suas contas; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo e disse que só queria responder uma pergunta da Vereadora Cássia, dizendo que tinha as últimas edições daquela lei, em dois mil e doze, daí disse que iria falar sempre o ano que a lei foi votada; disse que o desconto foi de oito por cento, depois em dois mil e treze, foi seis por cento, dois mil e catorze, seis por cento, dois mil e quinze, seis por cento; dois mil e dezesseis, seis por cento, disse que estava fora de ordem, depois dois mil e dezessete, dois por cento, dois mil e dezoito, quatro por cento e, no momento, dez por cento; naquele momento o Presidente pediu que fizesse a votação simultânea pelo painel eletrônico e, também, pelo voto oral na bancada e que ia aparecer na tela deles (Vereadores) a votação, sim ou não; a Sra. Cássia disse que na tela do Vereador Cristiano não estava aparecendo nem do Vereador Fred; naquele momento o Sr. Presidente pediu a equipe técnica para dar o suporte necessário e pediu ao Silva que já fizesse o voto oral; naquele momento a Sra. Cássia disse para orientar aos Vereadores se era preciso confirmar; o Sr. Presidente disse que existia três teclas à frente dos Vereadores: “sim”, “não” e “abstenção”, então tinham alguns que estavam travados era só desbloquear, confirmar e ia aparecer a tecla e pediu ao Vereador Afonso Lopes da Silva que os chamasse para a votação oral; naquele momento, o Sr. Rodrigo perguntou se algum dia alguém confundisse votar sim e não, qual ia valer?; daí a Sra. Cássia perguntou se para confirmar tinha que colocar a senha, era aquilo...havendo manifestação, ela disse então que iriam votar;para dar continuidade a votação do projeto e só para esclarecer a pergunta do Vereador Rodrigo da Silva Blanco, o Presidente disse que, quando o novo Regimento fosse aprovado, a votação seria toda eletrônica, daí o Sr. Rodrigo perguntou se era só na hora da chamada e o Presidente disse não, que era tudo, tudo seria eletrônico, ia colocar em votação, ia abrir o painel, ia dar um tempo no painel, fechar o painel e quem não votou não ia conseguir



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

votar mais; daí o Vereador perguntou se não ia chamar um por um e o Presidente disse que não, o Regimento iria fazer uma alteração naquilo tudo, por isso que era treino naquela noite e na próxima sessão para acostumarem com o sistema e que no próximo ano aprovando o Regimento Interno, tudo passaria a ser eletrônico; pela ordem, a Sra. Cássia perguntou se enquanto a painel estava aberto o Vereador podia trocar de voto; o Presidente disse que poderia trocar de voto; daí a Sra. Cássia dizendo se errou poderia trocar e o Presidente disse que poderia trocar; a Cássia disse quando estava aberto; esclarecida a dúvida o Presidente colocou em discussão a emenda e a a seguir, o projeto principal. A seguir, em votação a emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em discussão o Projeto de Lei nº 089/2019 do Executivo Municipal, dispõe sobre desconto no IPTU, quando pagos em parcela única. Em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 021/2019 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Nelson Marquezelli. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. A seguir, em Discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou todos os presentes e disse que teve a grata iniciativa de propor aquele projeto de lei, homenageando o ex Deputado, Nelson Marquezelli que muito contribuiu pelo crescimento da Cidade e, naquele momento, em virtude que, no hoje, um ano após as eleições presidenciais, governamentais, Deputados Federais, Estaduais, enfim, ele não ter sido eleito, foi Deputado por sete mandatos representando o Estado de São Paulo e o PTB no Congresso Nacional e, no hoje, ele não era mais Deputado; então, ele achou mais justo naquele momento apresentar aquele projeto, porque no momento que se estava investido de um cargo público não fazia mais nada que a obrigação em trazer Recursos e tudo mais ao Município, enfim, tudo aquilo que poderia disponibilizar ao Município e, no momento, como já não fazia mais parte de um cargo público, nada mais justo poder homenagear essa pessoa porque, além de diversos recursos que trouxe para o Município, ele citou dois exemplos claros da atuação do Deputado junto ao Governo Federal trazendo benefícios para o Município; o primeiro foi a FAJ, se os nobres Vereadores não se lembravam, a FAJ, principalmente, o Campus II foi por um trabalho incessante do Deputado que a EMBRABA cedeu grande parte do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

terreno dela para que a FAJ instalasse o Campus II e lá estava até hoje, com comodato por noventa e nove anos se não estivesse enganado; outro fato foi trazer toda a parte nervosa da AMBEV para Jaguariúna, não sabia se os nobres Pares também se lembravam, foi um compromisso, na época, de trazer a administração se o Município desse a contrapartida que era a ponte da AMBEV e, no momento, toda a parte administrativa da AMBEV estava trazendo mais ICMS, mais recursos para o Município, além de diversas emendas parlamentares de recursos que vieram para o Município, enfim, além de deixar o gabinete sempre à disposição dos Vereadores de Jaguariúna; enfim, era com muita gratidão que ele, como Vereador na época também, e pode compartilhar de vários momentos com o Deputado, propor naquele momento que ele como um cidadão de Pirassununga que o era, propor também que ele fosse um cidadão de Jaguariúna, um cidadão jaguariunense; então, pediu aos nobres Pares o apoio a essa pessoa que prestou serviço valoroso no Município; agradeceu a todos e desejou boa noite; naquele momento da votação o Presidente explicou como iriam proceder; o trâmite seria normal por voto escrito, como de praxe era feito, iria prevalecer o voto da urna, mas iriam testar o sistema também; então, o voto não iria aparecer lá quem votou só iria aparecer o resultado final da votação porque o voto era secreto, então, poderia votar tranquilo, o programa, o sistema já acusava aquilo e, no momento pediu o procedimento para distribuição das cédulas e verificação de quórum dos presentes; feito a votação o Presidente disse que iria fazer a apuração dos votos e pediu que o painel eletrônico não apresentasse o encerramento de votação que mantivesse fechado até a apresentação...havendo manifestação disse que não apresentou não, o total era de votantes, treze votaram, continuando disse até acabar a apuração e que depois poderia lançar, então ficava aberto no painel eletrônico. A seguir em Votação Secreta: primeiramente, foi feita a chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo; a seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, por ele rubricadas; em seguida, foi feita a chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou os Vereadores Ângelo Roberto Tores e Rodrigo da Silva Blanco para auxiliarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

resultado: treze votos favoráveis. O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 021/2019 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Nelson Marquezelli., foi aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 020/2019 do Executivo Municipal, altera, conforme especifica a Lei Complementar Municipal nº 336/2019, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art .50, § 1º, I, do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Calos de Campos dizendo ao Presidente e que ele não sabia se tinha a lei original e se pudesse dar uma lida no artigo treze, só uma lida, porque estava sendo revogado, ele até tinha a cópia só que estava meio capenga e que estava faltando um pedaço; pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo ao Sr. Luiz Carlos que, na reunião, aquela dúvida também surgiu e foi feita até a comparação na reunião de Comissões, então, ele pediu que fizesse a leitura para acompanhar e o que estava sendo revogado eram os índices de reajustes inflacionário, IGPM e que fizeram aquela leitura mas, pediu para que fizesse a leitura novamente; com a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos perguntando se o inciso cinco estava fazendo correção e o Sr. Walter disse que era isso; pela ordem, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto dizendo que era só para deixar claro que foi aquela questão que estavam questionando que a pessoa tinha que vir e reemitir o boleto no ano seguinte pela correção, então, estava acabando aquilo e estava sendo algo contínuo; o Sr. Presidente disse que era aquilo, mas pediu que fosse feita a leitura, daí ficaria mais claro para todos o entendimento; o Sr. Luiz Carlos de Campos pediu, novamente, a palavra e disse que era o artigo treze, incisos de um a três, artigo dezoito, parágrafo único. A seguir, em votação, o Projeto de Lei Complementar nº 020/2019 do Executivo Municipal, altera, conforme especifica a Lei Complementar Municipal nº 336/2019, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei Complementar nº 021/2019 do Executivo Municipal, altera, conforme



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

especifica a Lei Complementar Municipal nº 290/2017, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art .50, § 1º, I, do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que ele queria destacar lá, mais uma vez, o trabalho daquela Câmara Municipal, aquele parágrafo que estava sendo colocado na Lei Municipal duzentos e noventa, de dois mil e dezessete, era a mesma que foi colocada no REFIS que eles votaram no ano corrente, e se ele não se enganava foram oito ou nove emendas que a Câmara aprovou e era uma reclamação das pessoas que elas faziam seus parcelamentos e quando elas iam retirar o carnê no ano seguinte ia a correção monetária, e muita gente reclamava em relação àquilo e foi colocado na Lei Complementar que eles votaram em dois mil e dezenove e como era atribuição do Executivo, eles não poderiam mexer. Então, o Executivo estava mandando aquele projeto, mas também dando aquele benefício para quem fez o REFIS com base naquelas leis anteriores, então, ficava lá mais uma vez o destaque daquela Câmara que aprovou as emendas que foram propostas e facilitar para as pessoas para que elas pudessem cumprir com as obrigações; a seguir, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto dizendo que ele sabia que eles tinham de votar o Regimento Interno da Casa ainda, mas perguntou se a votação não poderia ser simbólica, de acordo com o que representava o painel?, eles colocariam um requerimento verbal dizendo que a votação seria simbólica de acordo com o que representava o painel, porque o sistema era bem seguro e ele até parabenizava a Casa e o Presidente Romilson pela forma que foi proposto o digital, então, ele achava que facilitaria, não precisaria ficar chamando um por um e aquilo que fosse apresentado no painel seria transcrito no livro para a Secretaria passar para a ata, ele achava que facilitaria; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, solicitando que todas as demais votações que fossem acontecer naquela noite, fossem feita da forma digital, como vinha acontecendo como teste, e anotado no livro como de costume; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; em seguida o senhor Presidente explicou que ele iria anunciar aberta a votação e os Vereadores teriam um tempo para votar e poderiam mudar o voto se quisessem e quando ele dissesse encerrada a votação, daí não mudava mais o último voto que haviam proferido, seria o voto que iria



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

prevalecer no painel de votação, daí ele iria proclamar o resultado que seria transcrito em ata, por livro a votação. A seguir, em votação o Projeto de Lei Complementar nº 021/2019 do Executivo Municipal que altera, conforme especifica a Lei Complementar Municipal nº 290/2017, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei Complementar nº 022/2019 do Executivo Municipal que altera, conforme especifica a Lei Complementar Municipal nº 316/2018, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art .50, § 1º, I, do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente foi feita a leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e Votação o Projeto foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei nº 079/2019 do Executivo Municipal que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2020 (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art .50, § 1º, VIII, do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, pela ordem, a Sra. Cássia Murer Montagner solicitou, mais uma vez, a suspensão da Sessão para esclarecimentos a respeito do projeto em discussão; o Sr. Presidente suspendeu a sessão; decorrido prazo necessário para os esclarecimentos, o Sr. Presidente reabriu a sessão, e foi apresentado dos Srs David Hilário Neto, Alfredo Chiavegato Neto, José Muniz, Ângelo Roberto Torres, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves, Inalda Lúcio de Barros Santana, Rodrigo da Silva Blanco, Cássia Murer Montagner Afonso Lopes da Silva, Cristiano José Cecon e Walter Luís Tozzi de Camargo requerimento para adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei nº 079/2019 do Executivo Municipal, estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2020, por uma sessão. Em Discussão, o referido requerimento, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que depois de cumprimentar a todos disse ao seu ex colega e Secretário Municipal, Valdir Parisi, que ele aproveitava a oportunidade para falar ao nobre Par, também, que eles tiveram a oportunidade de terem à frente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

do Hospital Municipal, ao longo dos anos, pessoas da maior índole que representaram por demais aquela entidade e ele iria citar lá desde os primórdios e o Valdir lembrava bem quando era uma Fundação, que foi instituído, na época, pelo senhor Mauricio, da qual o senhor Herminio Chiaroti foi o Presidente, falecido senhor Hermínio Chiaroti, depois com a criação do Hospital Municipal, tiveram à frente daquele Hospital, o Vice Prefeito do Município, o Lúcio, o Laércio José Gothardo, Presidente do Hospital, a senhora Renata teve a oportunidade de exercer aquele cargo anteriormente e, naquele momento, novamente, e se ele não se enganava, o pai do excelentíssimo senhor Prefeito, o senhor Márcio, foi presidente, o Silva também foi uma pessoa que foi presidente do Hospital, era um cargo que não se recebia nada por aquilo, era um cargo que se exercia bem, para lá fazer com que aquela Entidade representasse o Poder Público e atendesse da melhor maneira possível os munícipes, então, ele estava solicitando aquele adiamento justamente por ser uma forma de contrariar aquela apresentação daquele ofício, daquele parecer jurídico, de que ela não tinha de prestar o serviço ou qualquer informação àquela Casa, era um desrespeito àquela Casa e ele se sentia desrespeitado e ele gostaria que o Valdir pudesse levar, através da Administração, o descontentamento dele com aquela pessoa, que ele tinha a certeza de que aquelas pessoas que passaram à frente daquele cargo, em nenhum momento iriam ter o capricho ou o disparate de dizer que lá não tinha de prestar informação nenhuma, que era o mínimo que aquela Casa exigia, então, ele pedia que aquela pessoa refletisse daquela decisão, mandasse aquela Casa um pedido de desculpas, porque senão, quem iria bater nela, até ela sair daquele cargo iria ser ele, e ele iria ser franco com todos em dizer que ele não iria admitir uma pessoa que estivesse lá, fizesse aquilo para aquela Casa Municipal, aquela Câmara Municipal, ele não iria admitir, e se tinha um problema pessoal com os Vereadores, e ele não sabia, que chamasse em uma salinha e conversasse e por mais que tivesse descontentamento ou tivesse alguma coisa contra, tinha de sentar e conversar, porque exercia um cargo que era da mais alta patente no Município e que representava o Município e cabia a eles, Vereadores, saberem, sim, o que acontecia lá, e em detrimento daquelas questões pessoais, fazer um papel daquele naquela Casa, era inadmissível, e ele iria falar para todos que ele ficou profundamente chateado e se ele contasse as duas mãos não davam as pessoas que por lá passaram e exerceram aquele valoroso cargo de serviços à comunidade, então, aquela pessoa estava desmerecendo aquele cargo e se não podia prestar informações aquela Casa,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que pedisse para sair, e se não pedisse para sair, ele iria solicitar que saísse, porque não estava sendo digna do cargo, ele voltava a dizer que ele sabia que aquela função era desempenhada por alguém de confiança que o Prefeito colocava lá, e ele estava dizendo ao senhor Prefeito que, se ela não se retratasse perante àquela Casa, vir nela, pedir desculpas, eles sempre convidaram e ele acreditava que eles nunca foram deselegantes com ela, ele acreditava que não, ele não se lembrava daquilo, mas ela foi através daquele papel dizendo que não tinha de prestar informação nenhuma, ou ele estava muito equivocado, ou ele ao longo daqueles vinte e quatro anos que exercia naquela cadeira lá, ele foi enganado em lutar para que aquele Hospital fosse o que ele era atualmente, tivesse os recursos que eram necessários que estavam lá, os instrumentos que estavam lá, as pessoas que estavam lá para poder prestar um serviço melhor e cada vez com menos recursos financeiros e ônus para o Município, mas ele não poderia ouvir que aquela pessoa não tinha de prestar informações à eles, e ele dizia a todos que o Laércio por, diversas vezes, esteve naquela Casa conversando com eles, o seu Mauricio, o seu Hermínio, o próprio Lúcio que foi Vice Prefeito por oito anos na cidade, esteve à frente, o Silva ele não se lembrava de ter ido lá mas, eles sempre conversaram abertamente com o Hospital e ele achava que o nobre Vereador sempre prestou as informações que foram solicitadas, e eles não estavam querendo lá fazer um casa às bruxas, eles estavam apenas querendo saber o que estava acontecendo, então, era o mínimo e ele não poderia admitir que uma pessoa que era preparada para exercer o cargo que estava lá, dar uma resposta daquela aquela Casa, e ficar por aquilo mesmo, então, estava lá o descontentamento dele, ele esperava que a Administração tentasse fazer com que ela percebesse que errou e pedisse desculpas, era o mínimo e daí, possivelmente, eles começassem a conversar, porque senão, ele iria fazer uma moção de repúdio àquela pessoa, pedindo para que ela saísse, iria fazer um requerimento na próxima sessão convocando a Casa, se a Comissão de Saúde não o fizesse, ele iria fazer para passar na Casa, para vir até a Casa e ele não iria ser cordial com ela, a hora que ela chegasse na Casa, ele não iria ser cordial com ela, ele só gostaria de deixar claro a profunda indignação dele para com aquele ser humano que desempenhava um papel de grande valia ao Município e fazer aquilo com aquela Casa era uma pouca vergonha, então, ela que refletisse muito bem, se ela pagou para fazer ou a Entidade, a Associação pagou para fazer aquele parecer, que pagasse para fazer um parecer contrário, porque era uma pouca vergonha; a seguir, pediu a palavra o senhor Cristiano José Cecon dizendo que eles, em consenso, resolveram



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seguir o adiamento porque também alguém tinha de se responsabilizar por aquela resposta e tanto pelos questionamentos do David, alguém tinha de se responsabilizar, alguém tinha de responder sim, porque ele confiava na Gestão, no Governo, porém eles não tinham de ter lado, às vezes, eles tinham porque ele não gostava de ser o Vereador Chita, que pulava de um galho para outro pensando sem si próprio, nas partes políticas, não no povo, e tinham um lado e o lado dele era o povo; a seguir, pediu a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva que, cumprimentou a todos e disse que ele achava que eles tinham de tratar as coisas com calma, com serenidade, e a Câmara levava informações, a princípio eles percebiam lá, e tomara que ele estivesse errado, apesar de que a resposta, de certa forma, os atingiam, mas ele achava que era mais em cima de dois Vereadores e ele não iria ficar citando nomes lá, mas ele achava que eles tinham que agir com calma, pedir esclarecimentos, e ele só iria esclarecer aquela questão de quando ele foi Presidente do Hospital, porque ele era uma pessoa muito discreta, ele não gostava de holofotes, de aparecer, mas quando ele foi lá, na época ele era Secretário do Trabalho, daí começou a acumular muita coisa do Hospital porque, realmente, lá precisava de muita dedicação, e ele não estava dando conta da Secretaria do Trabalho e do Hospital, e ele chegou para o Prefeito e falou que ou ele ficava como Secretário ou iria continuar como Presidente do Hospital, então, ele conversou com o Gustavo e na época, ele, realmente, ficou na Secretaria do Trabalho, mas ele teve o prazer de ser o Presidente e foi rápido lá por causa daquilo e não tinha como fazer duas coisas bem feitas ao mesmo tempo, pois tinha que fazer escolhas e ele acabou fazendo a escolha de ficar só na Secretaria do Trabalho porque era a área dele aquela questão do trabalho, dos trabalhadores, e ele ficou dividido e voltou para a Administração mas, com o coração dividido, e aquilo lá era um desafio tocar aquele Hospital e ele teve aquela experiência que foi muito válida, e ele esperava ter contribuído com a cidade e com a Saúde de Jaguariúna; a seguir, pediu novamente a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto, parabenizando o senhor Silva por ter desempenhado aquele cargo e ele ficava feliz, o conhecendo, naquele momento, e ele ficava feliz porque ele sabia que ele era uma pessoa digna de representar aquela instituição e da mesma forma aquela Câmara Municipal, então, ele estava falando aquilo e como o Vereador disse lá naquela tribuna, que as pessoas que lá estavam e o nobre Vereador também o foi, eram pessoas indicadas pela Administração e daquelas pessoas que ele falou, da mesma forma como o nobre Vereador foi um Presidente lá, ele sabia que desempenhou um papel muito dignificante, e eles não poderiam



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pensar que aquilo lá era uma entidade que não tinha vínculo com o Município, era aquela a questão que ele estava querendo dizer, ela falar que não tinha de prestar informações, era dar um tapa na cara deles e falar que eles eram idiotas; comentou que aquilo era uma Organização Social onde o Poder Público tinha a maioria dos investimentos lá, era dele e a maioria do pessoal lá de comando era dele, da mesma forma como ele falou, o nobre Vereador Silva, o excelentíssimo senhor ex Prefeito Laércio, o senhor Vice Prefeito Lúcio, o Ti, ele achava que o Zé Antonio Chiavegato, talvez tivesse sido Presidente do Hospital, e eram pessoas voluntariadas, que faziam aquilo graciosamente, e por isso que ele falava que eram pessoas que tinham de ser colocadas lá que levavam a imagem do Poder Executivo e também do Poder Municipal àquela instituição que prestava um serviço à comunidade, dado agilidade, facilitando que os serviços chegassem à população, da maneira menos onerosa ao Município e aquela foi a maneira que eles acharam de administrar aquele Hospital mas, a pessoa ir falar lá que não tinha de prestar informações à Câmara Municipal que foi quem criou os projetos de leis para que aquela entidade pudesse funcionar, era gozar da cara deles e era aquilo que ele ficava chateado, ou tudo aquilo que ele pensou daquele Hospital, mas a pessoa ir falar que não tinha de prestar informações para a Câmara Municipal que projetos de leis criando as leis para que aquela entidade pudesse funcionar, era gozar da cara deles, era aquilo que ele ficava chateado, ou tudo aquilo que ele pensou ao longo dos anos, ele não entendia, ou se dissessem que eles estavam errados, daí tinham de mudar a legislação e ele até falou para o David que fizessem uma emenda na OS para mudar, então, ele voltava a dizer ao Silva que ele foi muito pontual naquela questão e o parabenizou e se tinham um problema pessoal com algum Vereador que estava questionando, chamasse em uma salinha e conversasse, não era problema deles, porque, às vezes, ele também queria uma informação e o mínimo que eles tinham de saber para passar aquilo adiante e tinham de ser atendidos e não estavam sendo atendidos, ainda mais naquele momento justificando que não iriam prestar informações nenhuma, porque estava lá escrito e era uma pena; parabenizou o Silva pelo período que ele passou lá; a seguir, pediu a palavra o senhor David Hilário Neto que, depois de cumprimentar a todos disse que ele sabia que não tinha sido citado nomes, mas ele achava que deveria ser ele e o Vereador José Muniz, e ele nem conhecia a Presidente fora do Hospital, então, ele não tinha nada contra a pessoa dela, mas contra a administração ele tinha tudo contra, uma presidente que ela começou a pegar implicância por eles questionarem, mas ele estava lá para fazer aquilo e se ela achassem que aquilo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

era pessoal, realmente ela tinha de sair do cargo dela no dia seguinte àquele, porque se ela tivesse vergonha na cara, ela saía do Hospital e deixava para alguém que gostava e entendia daquilo, porque pelo visto não era aquilo que acontecia, e ele só estava questionando sobre a questão da COHAP, que era a Cooperativa, e ele começou o questionamento via COHAP e para quem não sabia, ele iria ressaltar tudo aquilo, porque eles estavam pedindo o adiamento devido àquela questão da Presidente, ela tinha poder, quatrocentos e setenta milhões que eles iam votar naquela noite, eles não iriam mais pela senhora Presidente do Hospital e ele queria ressaltar também; disse que a investigação estava começando via COHAP e aquela Casa tinha o Poder e o dever de fiscalizar, só que ainda, disse para a senhora Presidente que se ela quisesse se esconder tinha de se esconder mesmo, porque ele iria questionar o Brasil Laudos, iria questionar o Diretor do Hospital que mandava e desmandava lá dentro, se era uma entidade que a Prefeitura não tinha nada a ver, porque se para conseguir um leito, conseguir uma vaga tinha de falar diretamente com o diretor de Saúde da Prefeitura, perguntou, era muito estranho, e que eram situações como aquelas que precisavam ser investigadas sim, e ele lá como Vereador, iria investigar todos os dias, porque eles estavam falando de sessenta milhões de reais; reforçou o pedido da primeira fala do nobre colega Fred, que ele achava, sim, que a Presidente tinha de renunciar ao cargo e deixar no cargo quem realmente soubesse o que estava fazendo lá, e mais do que aquilo, ele falava que qualquer empresa naquele momento, com uma Receita de sessenta milhões de reais, tinha alguém que entendesse de finanças, só o Hospital que não, o superintendente financeiro do Hospital, o seu Manoel, ficou lá um tempo, fez um excelente trabalho, saiu, diziam que não compactuava com a administração, ele fazia o certo, daí ele viu que todo mundo que fazia o certo ela precisava tirar do caminho dela; naquele momento, o senhor Alfredo Chiavegato Neto pediu um aparte na fala do senhor David, dizendo que só queria ressaltar que foi ventilado no início daquela legislatura, daquele Governo, que o próprio senhor Laércio José Gothardo, ex Prefeito do Município, seria convidado a continuar frente a presidência do Hospital Municipal, ele achava que foi ventilado, a Vice Prefeita falou aquilo para ele, e porque que não o convidaram, novamente, colocando uma pessoa lá que tinha um viés Legislativo, Executivo, que atendia aquela Casa, que procurava realmente, o Executivo pra sempre estar aumentando os recursos para aquela Entidade e porque que não levavam o nome daquela pessoas, se era que ele aceitaria, atualmente, a exercer aquele cargo, novamente; pediu desculpas pela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

fala dele, porque às vezes, ele ficava nervoso mas, o Silva o conhecia muito bem, era da boca para fora, enfim, aquilo passava, mas eram situações que, às vezes, ele ficava enojado com aquelas situações, ou ela não conhecia a legislação, ou estava lá figurando mesmo, não estava representando da forma condigna que tinha de ser, então, se ela não estava representando bem, não queria prestar informações, pedisse para sair, não ficasse lá enchendo o saco deles, e deixando eles sem saber em tudo; então, que o desculpassem dizer, mas que voltassem a pessoa que estava lá e ficou à frente daquele Hospital durante quatro anos, que era o excelentíssimo senhor ex Prefeito Municipal, senhor Laércio José Gothardo, e o colocasse lá, que ele adorava fazer aquele serviço, e continuaria se fosse convidado, e daquela forma o foi mas, infelizmente, tiveram de mudar os planos lá e, pelo jeito, estavam percebendo que colocaram pessoas incompetentes para estarem à frente daquele Hospital, ou a propor todas as mudanças que talvez aquela pessoa não aceitaria, ele também não sabia; o senhor David Hilário Neto disse que o Fred tirou palavras da boca dele, falando da volta do senhor Laércio, ele acompanhou muito na Gestão passada os embates dele até lutando por aquele Hospital, por recursos quando atrasada, mas lá estava a grande pergunta, será que era quilo que eles queriam? Um documento como aquele que acabou de chegar, dizendo que não iria dar informações para aquela Casa, não era aquilo que eles queriam, e o que eles queriam não era transparência, e ele estava batendo lá havia seis meses atrás, foi mudado o Portal da Transparência do Hospital, foram tiradas diversas informações das notas fiscais, daí já começaram achar estranho, então, não era pessoal, achavam que era pessoal porque ele estava atrás de corrupção e de coisa errada e ele iria fiscalizar e iria em cima e se encontrasse eles iriam fazer pagar, porque era dinheiro público e o Hospital não iria ser uma Secretaria de Obras, jamais, enquanto ele estivesse lá podendo fiscalizar e cobrar diariamente como ele fazia; uma outra questão era que iriam ter de adiar aquela votação e ele achava que a Presidente teria de ir lá sim, se explicar sobre aquele documento, poder falar, ou senão, até o próprio Conselho, onde diversos servidores públicos faziam parte do Conselho e o Conselho tinha uma responsabilidade muito grande, o Presidente era o Secretário Rômulo, que também ele o convidava a ir até aquela Casa para dar esclarecimentos sobre os recursos públicos, porque ele estava lá como Presidente e também tinha de estar acompanhando tudo o que estava acontecendo, e uma outra situação que eles também tinham de ver eram os fundadores do Hospital, fundadores de dois mil e um, se ele não se enganava, eles tinham o poder de convocar uma assembléia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

extraordinária e fazer uma mudança naquela diretoria, talvez aquele fosse o caminho para conseguir uma moralização daquele Hospital e o respeito com aquela Casa; pediu para o Valdir levar aquela indignação ao Executivo, porque ele não se conformava com a forma como aquela Casa estava sendo tratada naquela noite; falou para a Presidente, diretamente a ela, que ele não tinha absolutamente nada, a pessoa física, mas ela como Presidente do Hospital, para ele já deu o desrespeito, já foi tamanho, e para ele, ela não tinha competência nenhuma para estar no cargo que ela estava executando; agradeceu a todos; a seguir, em votação o Requerimento de adiamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos, e o Projeto de Lei nº 079/2019 do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2020 foi encaminhado para a Ordem do Dia da Vigésima Nona Sessão Ordinária, a ser realizada aos dez de dezembro de dois mil e dezenove; 5. Projeto de Lei nº 084/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, institui o Sistema Colaborativo de Segurança e Monitoramento no Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a” § 1º, I, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou a todos os presentes dizendo ao Presidente que, na verdade, aquele projeto veio para regulamentar, era uma situação que já tinha alguns casos, confirmando com o Bozó, disse que era bom porque uma pessoa, um banco, uma empresa poderia estar cedendo o seu monitor para o COI que faria aquele monitoramento, não era para ajudar a empresa nem a Instituição e, sim, para estar colaborando para o Município, principalmente, na prevenção da criminalidade; então, o projeto visava mais aquela regulamentação e incentivar aquela prática que vinha de encontro aos anseios do Município; era só aquilo e agradeceu. A seguir, em votação, foi o Projeto de Lei nº 084/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, institui o Sistema Colaborativo de Segurança e Monitoramento no Município de Jaguariúna, e dá outras providências, aprovado por unanimidade de votos; 6. Projeto de Lei nº 091/2019 do Executivo Municipal, dispõe sobre denominação do Centro de Treinamento de Tênis Gustavo Kuerten – Guga (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a” § 1º, I, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que gostaria de pontuar a questão daquele projeto e esclarecer algumas eventuais dúvidas que poderiam acontecer, lembrando que já passou pelas Comissões e que não houve nenhuma dúvida levantada sobre ele mas, queria pontuar alguns situações; disse que tinha um Parque onde estava situada as quadras de tênis que tinha o nome de “Zezinho Dal’Bó”, tinha as quadras de tênis que foi o projeto de lei de autoria do Vereador Afonso Lopes da Silva que dava o nome do Sr. Horácio e aquele projeto vinha dizer sobre o Centro de Treinamento que seria instalado naquelas quadras e que existia um recurso que estava sendo aportado ao Município através do Presidente da AMBEV, o Sr. Leman, que seria investido para criação daquele Centro de Treinamento, então, o Centro de Treinamento era a atividade do local, não era o espaço físico, era o projeto que seria desenvolvido e para que seria feito aquilo, perguntou, para as crianças mais carentes que não tinham a oportunidade de ter um esporte como aquele, como um esporte praticável, o custo era um pouco mais elevado do que comprar uma bola para jogar futebol, tinha raquete, bolinha, todo um equipamento e lá, ele acreditava que estariam fazendo em Jaguariúna um diferencial de exemplo para toda a região e que iria até arriscar mais com uma ousadia muito grande, talvez até de um exemplo para o Brasil, tinham que desmitificar os esportes que ficavam sendo tratados como de elite e que tinham o Guga como um expoente daquele esporte que chegou a ser o primeiro do mundo, coisa inédita que nunca ninguém atingiu salvo a saudosa Maria Esther Bueno que foi uma mulher guerreira, que venceu o ímpeto por diversas vezes; então, ele gostaria de fazer, sim, a defesa daquele projeto, porque iriam beneficiar, principalmente, as crianças mais carentes com recursos para que ele pudesse acontecer e sair do papel para a prática num esporte que se tratava, às vezes, como elite; o Sr. Walter disse ainda que Jaguariúna era beneficiada com o único clube do Município que se chamava Jaguar Tênis Clube, então, era uma esporte que precisava se beneficiar além de todos que já eram feitos na Cidade; por isso ele gostaria de fazer aquela defesa e achava muito bem escolhido o nome do Guga como, realmente, uma referência Nacional para aquele esporte e que teriam aquela parceria que seria importante para o município de Jaguariúna; a seguir, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou a todos novamente, cumprimentou também o Sr. Valdir Parisi, o amigo Valdir Parisi, Secretário de Governo, ex Vereador daquela Casa e Presidente, um cara muito engajado com a causa pública, confirmando com o Fred, um grande parceiro e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

só queria parabenizar o trabalho que vinha fazendo; disse ao Presidente que queria deixar a opinião dele sobre aquele projeto, parabenizou o Executivo, o Prefeito pela iniciativa, realmente, foi grandiosa a história do Guga; ele, Romilson, era amante do tênis, não praticava, mas gostava e se praticasse mais uma coisa morreria, porque fazia tanta coisa já e que não iria conseguir, confirmou com o Fred, mas tinha a vontade de praticar e como o Waltinho bem disse, o Guga fez história, tri-campeão de Roland Garros e que não poderiam esquecer também da Maria Esther Bueno um grande nome feminino no tênis, de setenta e um títulos ganhou os quatro principais títulos do circuito profissional: o Australian, Roland Garros, US open, Wimbledon, então, eram os dois grandes nomes do tênis; então, queria parabenizar com grande prazer o Prefeito pela iniciativa daquele projeto e como o Waltinho disse, o tênis tinha que ter sim aquele destaque, mesmo sendo um esporte caro tinha muitos que gostavam e praticavam e cabia a eles estarem incentivando o desenvolvimento dele ali; disse não esquecer também da figura do saudoso Sr. Horário, onde ele teve o prazer de ser o vizinho dele, morou um bom tempo na rua de sua casa, vizinho e conversava, diariamente ,com ele, uma pessoa que amava o tênis e que até deu uma regra do tênis “um negócio deste tamanho” e que não conseguiu ler, era muita coisa mas, disse ao Fred, que o Sr. Horário teve o prazer de imprimir e dar a ele e que ficou muito feliz, era uma pessoa que foi um grande nome aqui no tênis que tentou, da melhor maneira possível desenvolve-lo em Jaguariúna; então, gostaria de parabenizar o Prefeito pela iniciativa nobre daquele projeto, agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que também gostaria de parabenizar o Prefeito pela iniciativa de ter o complexo lá e que ficou sabendo que ele (Prefeito) jogava, mais ou menos, tênis e que ele (Prefeito) estava pegando a oportunidade para jogar uma partida com o Guga em Jaguariúna; disse que iria além daquilo e que o Luiz Carlos acompanhou na época também, e ele queria tirar o chapéu mais uma vez ao seu pai que, na época, que foram criadas as quadras de tênis onde as pessoas falavam: “imagina, criar, fazer quadra de tênis num País que não tinha vocação para esse esporte!” E no momento viam aquele espaço sendo sempre bem utilizado e, ele sabia quanto a época pessoas questionaram justamente daquela forma dizendo que era um esporte para a elite, que poucas pessoas teriam a oportunidade, daí disse que, no hoje, como as coisas mudaram, no hoje viam aquele espaço sendo bem utilizado, mais investimentos chegando e que todo esporte, qualquer esporte tinha que ter investimento, gerava oportunidades às pessoas que, talvez não tivesse nenhuma oportunidade na vida para praticar



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

qualquer esporte que fosse, fosse ele o tênis como disse o Presidente, era algo, realmente, que necessitava um pouco mais de recurso; então, ele ficava tranquilo em votar aquele projeto e votaria, não tinha porque votar contra, mas dizer que, pessoas lá atrás pensavam bem lá na frente e isso fazia com que.. e tirava o chapéu, mais uma vez, ao velhinho, ao “nosso querido Coronel” que encerrou a carreira política, mas deixou um legado em todas as áreas, principalmente, na área esportiva no Município; então, parabenizou pela iniciativa do projeto e que os recursos, realmente, viessem para fomentar aquelas áreas assim como iriam votar naquele momento o projeto, o qual, também, votaria favorável com relação a Copa de Futebol Júnior e que era bem vindo ao Município que iria trazer investimentos e visibilidade ao Município e, também, um espaço que estava lá destinado à prática do futebol no Município, então, parabenizou pela iniciativa e ele sempre gostava de dizer por isso que existia um Orçamento no Município, todas as áreas precisavam de investimento, tinha gente que precisava de Saúde, tinha gente que precisava de Esporte, tinha gente que precisava de Educação, tinha gente que precisava de cultura e daí ia, Saúde, Segurança, enfim, então, por isso que tinha aquele Orçamento bem distribuído para que todas as áreas pudessem ser bem atendidas e atender uma camada da população; então. ele parabenizou pela iniciativa do projeto e que contasse com o seu apoio; na hora da votação o Presidente lembrou aos Vereadores, pois tinha acabado de acontecer uma situação e aproveitou para lembrar que o monitor do Vereador José Muniz não computou o voto, então, o Presidente disse que ele poderia usar o computador do lado, a senha era dele, intransferível e que ninguém votava por ele, então, ele poderia usar outro monitor com a mesma senha para fazer a votação; então, acabou de acontecer um exemplo e se acontecesse aquilo não era para se desesperar e com calma daria para votar ao lado; a seguir, em votação o Projeto de Lei nº 091/2019 do Executivo Municipal, dispõe sobre denominação do Centro de Treinamento de Tênis Gustavo Kuerten – Guga, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Projeto de Lei nº 092/2019 do Executivo Municipal, dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termos diversos com a Federação Paulista de Futebol visando sediar a Copa São Paulo de Futebol Júnior – 2020, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a” § 1º, I, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão, o Sr. Presidente, Walter



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Luís Tozzi de Camargo disse que gostaria de tecer algumas informações a respeito do projeto, dizendo que todas as edições que vieram para a Casa, sempre foi favorável ao projeto da Copa São Paulo, porque trabalhava com esportes e sabia como funcionava o sistema do esporte no Município, e a Copa São Paulo, realmente, era uma vitrine que podia servir para muitos novos atletas se formarem e assim fazerem uso dos projetos que eram desenvolvidos ali se afastarem, com certeza, dos males que, às vezes, chegavam até ele, que era a violência, era a droga, etc. Disse que gostaria de trazer a todos algumas informações e lembrar que no ano anterior eles tiveram uma discussão, na Casa, na presença do Sr. Secretário, que lhes trouxe informações sobre a Pasta dele, e deu garantias que aquele projeto, não afetaria em nada o andamento da Secretaria de Esportes, a realização da Copa São Paulo; disse que tinha ali números daquele desenvolvimento, e gostaria de passar a todos para mostrar que o Secretário tinha plena e convicta razão quando ali trouxe; disse que para ilustrar o que foi discutido à época e os resultados que foram obtidos em dois mil e dezenove; o Projeto Campeões constava dois mil alunos frequentando, naquele ano; o PROACTIV Mais, mil duzentos e setenta e quatro alunos; o Viva Melhor, trezentos alunos idosos; somando tudo eles atendiam pelo Município, com o Projeto Campeões, três mil, seiscentos e quarenta e quatro alunos ao longo das atividades deles; disse que a Copa São Paulo daquele ano teve um custo operacional de dezessete mil reais com transporte; duzentos e trinta e cinco reais com hospedagem, e a segurança em sete mil e vinte reais, perfazendo um total de duzentos e cinquenta e nove mil e vinte reais o custo da Copa São Paulo em dois mil e dezenove; disse que, nas atividades da Secretaria foram desenvolvidas as seguintes modalidades: Basquete, Vôlei de Praia, Futebol, Futsal, Ginástica Artística, Atletismo, Tênis de Mesa e Hugby, Natação, Festivais Internos de todas as escolinhas, Campeonatos Internos de todas as escolinhas, Capoeira, Taekondo, Jiu-Jitsu, Futebol Feminino; disse que Jaguariúna obteve a histórica classificação de campeã da Primeira Copa Jaguariúna de Voleibol, era um campeonato regional que foi realizado com as equipes amadoras da cidade; Jaguariúna teve, também, destaque no Circuito das Águas como Tetra Campeã Geral, e que tudo isso que eles estavam falando eram esportes que os jovens e os adultos da cidade, amadores, competiram em todas as modalidades que ele falou, e eles eram Tetra Campeões, naquele ano, fato inédito, nunca ocorrido; disse que foram, também, destaque no Basquete, e ali ele tinha que fazer a vênua, porque era o esporte que ele trabalhou por muitos anos naquela Secretaria, e o mais recente campeonato, além de várias



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

competições participadas no ano, e ele tinha ali o relatório completo se eles quisessem, foi ser campeão da MVB, que era a Liga Metropolitana de Basquete, na categoria Sub14, e que vinha vencendo cidades grandes e a final foi contra Campinas, contra o Clube de Campinas, e onde o Técnico Ciro Roberto Pires, também foi eleito o melhor técnico de toda a competição; disse que a Ginástica Artística se destacou, também, com vários eventos e participações em toda a Região, sendo convidada, inclusive, para o Festival de Ginástica da UNIFAJ; disse que os Campeonatos Municipais que aconteceram obtiveram: o Futsal Veterano com oito equipes, cento e vinte atletas; o Amadorzão com vinte e oito equipes, setecentos atletas; o Futebol Senior, sete equipes, cento e setenta e cinco atletas; o Futebol Veterano, oito equipes, duzentos atletas; Seletiva de Futebol, dezesseis equipes, quatrocentos atletas; Seletiva de Futsal, vinte e duas equipes, trezentos e trinta atletas, diretamente, eles tiveram envolvidos mil duzentos e vinte e cinco atletas nas competições do Município; disse que foi notório e visível o recorde de participação popular, também, assistindo às finais do “Amadorzão” que lotou, completamente, o “Centro de Lazer Lebrão”, e no agora as finais do Amador de Futsal, que eles tiveram um público recorde, nunca encontrado naquele espaço e falava para eles, tranquilamente, porque ele estava lá havia mais de vinte e cinco anos; disse que gostaria ali de pedir aos senhores Vereadores o apoio ao Projeto da Copa São Paulo e, seguindo as palavras do Secretário Rafael da Silva Blanco, que honrou com sua palavra na discussão daquele ano, e, realmente, nada prejudicou o Esporte usar o dinheiro para a Copa São Paulo, pelo contrário, os números provavam que eles tiveram uma evolução muito grande; disse que admitia as opiniões em contrário, respeitava todas elas, e que gostaria ali de manter a sua opinião, e era, comungava das ideias como o Vereador Fred já tinha se posicionado, também comungava da opinião da Copa São Paulo; disse que não sabia se chegava até ele a votação, mas ali ele queria deixar o seu apoio àquele evento esportivo importante, no Município, e também não perder de vista a Saúde, Educação, Segurança Pública, Saneamento Básico, e que eram verbas e recursos próprios, que não se comunicavam com aquele recurso que era da Secretaria de Esportes; disse que com o recurso da própria Secretaria ela conseguia fazer esse evento, conseguia fazer todas as atividades, sem prejudicar outras áreas; disse que naquele dia eles tratariam do orçamento, por volta de trinta e quatro por cento na Saúde, e trinta e dois por cento em Educação, e que os investimentos eram muito fortes naquelas áreas, sem ter prejuízo para outras; a Sra. Tais Camellini Esteves pediu a palavra, porém o Sr. Presidente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

comunicou que ele tinha sido alertado que tinha a apresentação de uma emenda, e logo após a leitura da mesma, abriria a palavra para a Vereadora; a seguir, determinou a leitura da seguinte Emenda de autoria da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação: “Art. 1º - Altera o § 1º do artigo 1º do referido Projeto: Art. 1. (...) § 1º Para realização deste evento, o Município poderá arcar com as despesas relativas à hospedagem, lavanderia, alimentação, transporte e segurança de até 76 (setenta e seis) pessoas que compõem as delegações indicadas pela Federação Paulista de Futebol, bem como, os gastos com o funcionamento do estádio municipal, incluindo ambulância e médico.” Em discussão, a emenda, pediu a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que disse que gostaria de citar uma coisa ali, que ela viu no parágrafo, e perguntou se podia ler, e o Sr. Presidente disse que sim, para que ficasse à vontade, e a Vereadora leu: “Para realização deste evento, o Município poderá arcar com as despesas relativas à hospedagem, lavanderia, alimentação, transporte e segurança de até 75 (setenta e cinco) pessoas que compõem as delegações indicadas pela Federação Paulista de Futebol, bem como, os gastos com o funcionamento do estádio municipal, incluindo ambulância e médico.” Perguntou se alguém saberia lhe dizer o valor gasto com aquilo ali, ou não citava valor, não citava nada, e perguntou, novamente, se alguém sabia qual era o valor que iria ser gasto com aquilo ali; e diante de manifestação no Plenário, perguntou se podia fazer uma observação ali, e comentou que diziam que a cidade de Jaguariúna não tinha dinheiro para nada, fizeram três empréstimos, se ela não se enganava ali, um empréstimo agora de quinze milhões, um empréstimo para o recape e outro empréstimo para o asfalto do Bom Jardim, e que era isso que ela não entendia, a cidade não tinha dinheiro para comprar tinta para pintar “Pare” na rua, não tinha dinheiro para comprar tinta para pintar a placa, como que iria arcar com essas consequências, perguntou; disse que ela achava que, primeiro, tinha que ver as coisas da casa para depois pensar nisso, e que ela não sabia quanto iria ser gasto ali, e que o Waltinho falou, foram duzentos e cinquenta mil no ano anterior, perguntou; o Sr. Presidente pediu um aparte e disse que foram duzentos e cinquenta e nove mil e vinte reais, gastos no ano de dois mil e dezenove, e aquele projeto previa no seu corpo, duzentos e cinquenta mil; a Sra. Tais Camellini Esteve disse que aquele dinheiro poderia ser muito bem gasto, e que ela estava na Casa, desde o primeiro ano que ela entrou, colocava requerimentos, colocava indicações de placas, ela andava a cidade entregando água e ela via, não tinha placa, os “pares” apagados, não podia melhorar o trânsito da cidade, que estava caótico, cada vez mais



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

crescendo, podia investir num semáforo no balão da UPA, no semáforo no balão da Agrogeral, e que ela não era contra esportes, foi atleta, jogou na Ponte Preta, foi zagueira, disputou a Copa Paulistana, abriram várias vezes o DERBI contra os times, treinou atletismo, mas ela achava que, primeiro, tinham que ver as coisas de casa, para depois trazer time para cá, para investir duzentos e cinquenta mil nisso, e que nisso, não, que ela falava, era futebol, era bom, era maravilhoso, mas tinha que ver as coisas de Jaguariúna, eles precisavam urgência nessas coisas, eram duzentos e cinquenta mil que poderiam ser investidos em outras coisas; diante de manifestação na assembleia, disse que Saúde, muito bem colocado, trânsito, era isso, duzentos e cinquenta mil? Uma placa, desde o primeiro ano que ela entrou na Casa ela colocou um requerimento, nenhuma placa foi pintada, nenhuma placa; e que entregava água em várias ruas, não tinha! No Bom Jardim, no Pinheiros, e que se o Prefeito pudesse ir lá ver, ela agradecia; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o senhor Rodrigo da Silva Blanco que, mais uma vez, cumprimentou os presente dizendo que ele tinha lá, as vezes ele era suspeito a falar, mas ele achava que era questão de entendimento a respeito de uma Pasta para outra, ele sabia que precisava, o buraco precisava de conserto, precisava de pintura na rua, mas eles já votaram lá o Orçamento de cada Pasta para o próximo ano, e solicitou que o corrigissem se ele estivesse errado, e que eles iriam votar ainda, então, eles tinham de adequar naquelas horas porque cada um queria fazer um bom trabalho na frente da Sua Pasta, o Esporte era para gastar no Esporte, a Cultura era para gastar na Cultura, a Saúde era para gastar na Saúde, então, eles tinham de atentar no que o Vereador Waltinho falou e o Secretário cumpriu dentro daquele Orçamento, ainda, ele conseguiu crescer números em outras modalidades e ainda conseguiu levar mais pessoas para estarem usufruindo do esporte que elas gostavam, fosse de uma dama, de uma bocha, de uma dança artística, de um voleibol, de um basquete, então, ele queria que eles se atentassem no projeto e desse aquele voto de confiança também e de novo para ter aquela Copinha que, do mesmo jeito que ele foi lá no ano passado e deu as explicações que dentro do seu Orçamento ele conseguiu concluir o ano e, aumentando mais os seus números e mais modalidades sendo colocado nos projetos, ele achava que aquilo era uma vitória também, sabia que todos precisavam de Saúde, de trânsito melhor, de semáforo, igual a Vereadora falou os buracos, era um queijo suíço, só que, às vezes, eles tinham, de entender a questão de entendimento, que não conseguia tirar o dinheiro do Esporte e passar para a Saúde, aquilo só se fosse chegar em um projeto individual e como



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

eles faziam nas reuniões, eles começavam a tirar daqui, tirar de lá e passar para outra Pasta, então, ele achava que ele queria lá explicar o seu voto favorável, pedir aos nobres Vereadores para que tivessem consciência de que eles sabiam que tinham muitas deficiências em outras Pastas também, e que ele concordava, mas eles não conseguiam transferir de uma coisa para outra, então, eles tinham de ver o bom trabalho que estava fazendo e ainda fazendo mais com menos pelo jeito, porque era muito fácil não ter a Copinha e sobrar mais dinheiro para investir nos outros esportes da cidade e ampliar o leque mas, ele achava que aquilo vinha trazer investimentos para a cidade, visibilidade para o Estado, mas uma pessoa como o Fred falou, tinha pensado lá atrás e construiu e foi muito criticado, mas, atualmente, estava sendo usado em benefício da população e também, em benefício do Esporte e da visibilidade da cidade, era um portal, um cartão postal da cidade e ele achava que eles tinham de pensar no que cada um fazia de bom e tentava fazer de melhor dentro do seu Orçamento, dentro do seu dinheiro, e ele, às vezes, sabia das coisas que estavam críticas, mas não tinha jeito de inverterem, não tinha jeito de passar uma verba de um lugar para outro, só se eles revissem no Plurianual, daí eles poderiam sentar e conversar e tirar de um lugar para outro; mas ele pedia também o voto favorável a todos; em seguida, pediu, novamente, a palavra a senhora Tais Camellini Esteves dizendo que, dias atrás, no Hospital aconteceu um apagão e se eles tivessem precavidos, se tivesse gente fazendo cirurgia lá, iria morrer, e ela só estava dando um exemplo, ela não estava contente com a Administração e quem estivesse contente que falasse, ela não estava; disse que as pessoas precisavam de Saúde, as pessoas precisavam de buracos tapados, precisavam que a cidade andasse e a Gestão não estava fazendo aquilo e era aquilo que ela não concordava, ela estava na Casa iria fazer três anos e ela não estava lá para passar a mão na cabeça de Executivo não, era a terceira vez que ela votava contra a Copa, e votava mesmo, porque para ela a cidade tinha de estar andando e não estava, tinha parado, e que iria entrar um Orçamento de quatrocentos e quarenta milhões e cadê o dinheiro? Foi votado quinze milhões porque as pessoas precisavam de água, ela entrava de casa em casa e as pessoas não tinham água; comentou que dias atrás aconteceu de não ter água e, naquele momento, ela não iria ficar passando a mão na cabeça de Executivo para votar Copa São Paulo, duzentos e cinquenta mil que poderiam ser investidos em outras coisas, e que teve apagão no Hospital, e não estava nem falando quanto que iria ser lá; o senhor Presidente disse que eram duzentos e cinquenta e que estava no projeto; a senhora Tais Camellini perguntou se não tinha sido o ano passado que tinha



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sido gasto duzentos e cinquenta mil, e o senhor Presidente disse que não e que, no ano passado foram duzentos e cinquenta e nove e, no ano corrente, seriam duzentos e cinquenta; a senhora Tais Camellini Esteves disse que não estava contente com a Gestão e era aquilo que ela queria dizer, e que Jaguariúna iria arcar com todos os custos, ela não estava contente, e que Saúde tinha de Saúde, o Waltinho sabia daquilo, ele a conhecia, ela não estava contente e pronto; em seguida, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos que, depois dos cumprimentos, disse que ele também poderia votar favorável àquele projeto mas, infelizmente, Jaguariúna não vivia uma situação financeira boa, e ele também gostava do esporte, ele achava que era importante; naquele momento, o senhor Alfredo Chiavegato Neto pediu um aparte ao orador, e disse que uma situação financeira boa ela vivia, o que não estava era sendo bem investido e que aquilo era diferente; o senhor Luiz Carlos de Campos disse que sem querer ser repetitivo, até junho Jaguariúna gastou mais do que arrecadou, vinte e um milhões, até agosto vinte e dois milhões, até setembro vinte e seis milhões, ele estava repetitivo, era Despesa a mais do que a Receita, ele sabia que a arrecadação era boa mas, a situação financeira não estava boa, estava gastando mais do que arrecadava e ia ficando cada vez pior; a Prefeitura editou um decreto, Decreto quarenta oitenta e nove, suspendendo as férias dos servidores também, e ele acreditava que tinha sido, porque quando se pagava as férias tinha o custo do terço constitucional, ele achava que era para dar uma segurada nas despesas naquele momento, e que as férias era um direito e a pessoa teria de suspender para ter o terço constitucional mais para frente, e ele pensava que a edição daquele Decreto foi para dar uma segurada em custos, e ele achava que aqueles duzentos e cinquenta mil reais poderiam ser investidos em outras áreas, áreas importantes e eles sabiam que tinham os remanejamentos da Lei de Diretrizes, era vinte por cento, então, tirava de uma Secretaria e colocaria na outra, e que era a mesma coisa, se estava duzentos e cinquenta que seria do Esporte, poderia ser destinado para a Saúde e em outras áreas também, e se estivesse em uma situação melhor, ele poderia até votar favorável àquele projeto, mas infelizmente, como se encontrava naquele momento, o voto dele seria não; a seguir, pediu mais uma vez a palavra a senhora Tais Camellini Esteves, que deixou bem claro que ela não era contra o esporte, era a situação, como o Bozó falou, era a situação da cidade, várias coisas que precisavam de atenção e ninguém estava nem aí para nada, ela não era contra a Copa São Paulo, contra futebol, nada, era o momento que se encontrava Jaguariúna, e ela queria deixar bem claro a todos; em seguida, pediu a palavra o senhor Afonso



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Lopes da Silva, dizendo que aquela Câmara, realmente, estava sintonizada, e que tudo o que estavam colocando lá eles estavam discutindo, ele achava que o ápice daquela discussão foi na audiência pública e, infelizmente, nem todos os Vereadores estavam presentes mas, quem estava acabou colocando, de certa forma, colocando um pouco do que eles estavam discutindo lá, então, ele ficava contente de ver que, realmente, estavam sintonizados na questão do Orçamento e que o momento de discutir era aquele mesmo; na questão do Orçamento entrava toda aquela discussão de onde iria tirar o dinheiro, o que era prioritário, tudo aquilo era discutido no Orçamento, então, ele ficava contente de ver como aquela Câmara Municipal estava sintonizada na discussão do Orçamento que eles fizeram lá com a Secretária presente e era claro que aquela discussão ainda não tinha se encerrado, eles estavam no processo de discussão do Orçamento e todo mundo viu que eles votaram o adiamento mas, eles iriam continuar aquela discussão com a proposta do projeto de lei que, de certa forma, acabava discutindo a questão do Orçamento; parabenizou a todos pela discussão e reforçou que estavam, realmente, sintonizados; em seguida, pediu a palavra o senhor José Muniz que, depois dos cumprimentos a Casa, disse que ele entendia o Vereador Bozó, a Vereadora Tais, o que o Magrão falou era o que ele também pensava e ele achava que cada Secretário precisava tomar conta da sua Pasta, fazer o melhor, e ele tirava o chapéu ao Esporte para toda equipe que estava envolvida lá, atualmente, no Esporte, ele tirava o chapéu para todos, o Campeonato maravilhoso que estava sendo feito lá, era de tirar o chapéu, e como o Vereador tinha falado, tinham recursos, tinham dinheiro, precisava ser melhor usado, então, ele achava que cada um, cada Secretário precisava ser competente, fazer o de melhor para a cidade, para o munícipe, e lá o Esporte estava fazendo; disse que ele achava que tinha de falar um pouco do Presidente do Jaguariúna, que vinha a frente da luta que não estava sendo fácil, eles sabiam que o início não era fácil, e no ano passado ele acompanhou os jogos da Copinha, sabia da importância que era, principalmente, no ano corrente, teriam quatro atletas de Jaguariúna e, na época dele ele, não teve aquela oportunidade e ele achava que a maioria lá não teve, e se tivessem tido aquela oportunidade quem sabia, estavam no Corinthians, mas eles não podiam fechar as portas para aqueles atletas que sonhavam em ser um Neymar, ser um Messi, e o filho dele tinha aquele sonho que ele não conseguiu realizar, e tinham, atualmente, na cidade, e como o Fred acabou de falar, tinham o tênis e ninguém nem ouvia falar do tênis e, atualmente, a importância que estava tendo com aquele projeto maravilhoso que o Prefeito mandou, ele achava que o Esporte era saúde, eles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

não poderiam só ver os gastos, e como ele estava falando, ele era defensor da Saúde, eles estavam falando de sessenta milhões lá, e lá era para estar rodando melhor ainda, então, era como o Fred e o David falaram, não estava funcionando tinham de trocar a peça que estava lá, e o Esporte funcionava porque tinha pessoa lá competente, estava brigando lá e fazendo um bom trabalho, então, tinham de tirar o chapéu para eles e quem não estava tinha de trocar, infelizmente, não tinha o que fazer, estava lá para aquilo, não resolveu trocava a Peça que iria funcionar, e como a Vereadora falou, se não tivesse dinheiro, ela poderia ter a certeza de que o voto dele seria contrário, mas tinha dinheiro, principalmente, na área da Saúde, estavam falando de sessenta milhões, tinha como eles fazerem uma Saúde de qualidade, e se fosse faltar na Saúde, se fosse faltar na Educação, se fosse faltar em outras áreas ele também seria contrário, mas ele sabia que o Presidente estava lá buscando recursos, buscou ajuda e ele votaria mais tranquilo e ele tirava o chapéu para o trabalho do Esporte, ele sabia que os caras lá trabalhavam com responsabilidade, estavam fazendo de melhor lá, ele esteve lá para ver o Amador de Salão e ficou impressionante com a quantidade de gente que tinha e o voto dele era favorável ao projeto, o movimento lá era muito bom, principalmente, o comércio lá, querendo ou não mudava o movimento, e ele só estava triste porque não iria vir um time grande, ele estava esperando o Corinthians, ou Santos ou Palmeiras, mas não viria nenhum time grande do Estado de São Paulo, mas ele iria torcer para o clube passar de fase e quem sabia viria um time grande, e tinham o apoio dele; a seguir, pediu mais uma vez a palavra a senhora Tais Camellini Esteves, dizendo que o Vereador tinha falado uma coisa certa, se a cidade não andava eles tinha de trocar a peça, e perguntou quem governava a cidade, era o prefeito? Então, no próximo ano, tinham de trocar o Prefeito, e pediu desculpas por ela falar aquilo, na opinião dela a cidade não estava andando, então, se quem governava a cidade era o Prefeito e o Prefeito era a autoridade máxima de Jaguariúna, então, estava na hora de trocar a peça; naquele momento, pediu a palavra o senhor José Muniz dizendo que era um pensamento dele e como o Vereador Fred falou, lá era cargo de confiança, era pessoa de confiança dele, se não estava rendendo ele que tinha de ver aquilo, o cargo do Prefeito foi a maioria, ele teve quase doze mil votos dos eleitores da cidade, no ano que viria ele estava lá novamente e ele achava que quem tinha de decidir eram eles, novamente, então, ele achava que ele estava vendo a equipe que estava do lado dele, ele estava escolhendo, e ele não sabia se ele tinha o mesmo pensamento deles lá, e era como o Fred falou, se não estava rendendo tinha de trocar; a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seguir, pediu, novamente, a palavra a senhora Tais Camellini Esteves, dizendo que era claro, cheio de “baba ovos”, “puxa sacos” em cargos comissionados, era claro, o que mais tinha na cidade eram cargos comissionados, e daí como ficaria? E a cidade como iria andar? O que mais tinha era cargo comissionado, só não via aquilo quem não queria; disse que teve um problema na Obras que tirou o cara de lá e colocou no gabinete, o que era aquilo, quem não via aquilo? Daquela forma Jaguariúna não andava, passava a mão na cabeça; pediu desculpas ao Vereador porque ele não tinha nada a ver com aquilo, ela só estava falando que já que era para trocar a peça, para que eles trocassem; o senhor José Muniz disse que concordava com ela, que era eleição; a senhora Tais Camellini Esteves disse que não era eleição e que ela não sabia nem se ela iria sair no próximo ano como Vereadora; o senhor José Muniz sugeriu que ela saísse de prefeito, e a senhora Tais disse que não, que ela não iria sair como prefeita, ela não queria, e ela só estava falando que a cidade tinha de andar, tinha de por uma pessoa que cidade de Jaguariúna, não uma pessoa que destruísse a cidade, e que ela era nascida e criada em Jaguariúna, a família dela era de Jaguariúna, era aquilo que ela queria dizer a todos, e era como ela falou, ela não passava a mão na cabeça dos outros, e pediu desculpas ao Vereador porque não era nada pessoal com ele; em seguida, pediu a palavra o senhor José Muniz dizendo que ele concordava com ela e que ele sabia daquilo perfeitamente, ele também não ficava passando a mão na cabeça de ninguém, estavam batendo na Saúde, ele e o Vereador fazia tempo, eles precisavam da ajuda de todos, eles estavam querendo corrigir um erro, o erro estava lá, ele achava que o erro não estava no Esporte, ele achava que era como o Magrão falou, cada Secretário tinha a sua Pasta; a senhora Tais Camellini Esteves pediu um aparte dizendo que só tinha cunha lá que abaixava a cabeça e fazia o que o Executivo queria, pediu desculpas de falar, e ela não era daquela forma, ela estava pedindo desde o começo para por uma placa e ninguém estava nem aí para nada, só fazia o que as pessoas queriam, baixava a cabeça e com ela não era daquela forma; naquele momento, o senhor Presidente solicitou para que se ativessem ao projeto e como o Fred mesmo tinha acabado de dizer, para que o Vereador sempre pedisse um aparte a ele, para manterem o que o Regimento Interno determinava; a seguir, pediu a palavra o senhor Romilson Nascimento Silva que, depois de novamente cumprimentar a todos, disse que ele queria lá mais uma vez estender o apoio dele à Copa São Paulo e seguindo até na linha do tênis seria incoerente da parte dele apoiar o tênis e não apoiar o futebol que era o principal esporte e hobby deles, eles eram eternos amantes do futebol e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

praticavam como lazer, disse ao Fred, então, entendendo todas as colocações e respeitando todas, o ponto de vista da Tais e de todos os Vereadores, mas ele era favorável ao projeto e ele achava que a Copa São Paulo mexia com o Município, levava o nome de Jaguariúna para o Brasil e para a América Latina e, principalmente, para o mundo e era o sonho de muitos meninos, e eles que acompanhavam o futebol tinham aquela expectativa deles estarem jogando e divulgando o Município de, nos dias dos jogos, estarem lá, e os comerciantes vendiam suas coisas, seus doces, refrigerantes, tinha um fomento na economia e gerava um emprego naquele momento, o momento não era legal para a empregabilidade, e ele via com bons olhos, sim, e ele iria apoiar o projeto, não desconsiderando, deixando de lado o pilar lá da Municipalidade, que eles sabiam que era a Saúde, Educação e Segurança mas, tinham de desenvolver as outras áreas e uma delas era o Esporte, porque o Esporte tirava das drogas, das ruas, tirava da criminalidade, então, ele era um admirador e apoiador do esporte, mais uma vez apoiava a Copa São Paulo, então, ele queria destacar também, o trabalho que o presidente do Jaguariúna Futebol Clube fazia lá, o Zidane, incansavelmente, ele estava lutando para aquele Clube desenvolver e crescer, tinham lá investidores, parceiros, empresas, etc, enfim, então, aquelas ações eles tinham de apoiar, até que não tivesse nenhuma mácula, nada que desabonasse, tinham de apoiar; ressaltou também, o Estádio, a obra que o pai do Fred fez, e não era puxando saco, mas ele sempre defendeu todas as obras que eram feitas no Município, e o tanto que eram criticadas as praças, e o tanto que eram desenvolvidas atividades nelas, os parques e praças viraram cartões postais do Município, e não se fazia diferente o Estádio, porque poucas cidades tinham um Estádio imponente como tinham no Município, com capacidade, ele achava que para vinte mil pessoas, apto a receber qualquer time do mundo, então, tinha o apoio dele, ele queria que qualquer time se desenvolvesse, principalmente, no futebol; agradeceu a todos; em seguida, pediu a palavra o senhor Ângelo Roberto Torres dizendo que ele só queria ressaltar lá que ele achava, como o Silva tinha colocado, a discussão era bacana, eles iam discutindo os Orçamentos do Município e ele não discordava da palavra de nenhum Vereador lá, a Tais, estava com a razão, o Bozó, o Zé Muniz, e lembrou que no ano passado foram gastos duzentos e cinquenta e nove mil reais; no ano corrente no projeto, duzentos e cinquenta, e poderia ser que nem chegasse a duzentos e cinquenta e ele parabenizava o Secretário e toda Secretaria de Esportes por aqueles resultados que ele passou, porque, às vezes eles liam o noticiário, viam alguma coisinha, mas passava batido, mas naquele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

momento, ele prestou a atenção no que o Presidente leu e eles viam o resultado que aquele trabalho de equipe vinha realizando; disse que a verba era do Esportes e poderia ser remanejada, como poderiam ser remanejadas verbas de outras Secretarias como Educação, Cultura, mas fugindo um pouco do que estava no contexto lá do projeto, por exemplo, a questão das tintas, das placas ele via que já foram duas ou três licitações de tintas e foram canceladas, uma empresa impugnava a outra e ele queria defender um pouco a Secretaria, o Secretário Josino, porque ele estava empenhado, lutando para tentar mas, estava difícil, e também era uma Secretaria que tinha a verba dela, porque as multas que eram aplicadas no Município iam para a Secretaria, então, poderiam ter a certeza de que não poderia sair comprando e fazendo, e aquilo demorava, e ele também tinha cobrado muito, a Tais ficava indignada mas, só esclarecendo um pouco lá, para eles não fugirem do projeto, ele queria deixar claro lá o apoio dele à Copinha, ele amava esportes, andava a cavalo mas, também curti futebol e deixar aquilo porque era gratificante eles verem o Esporte, porque também acabava ajudando na Educação, na Saúde, e ele sempre comentava lá com o professor Cecon, que o Neto dele participou do Jiu Jitsu e foi muito bom para ele, e ele percebia que o jeito dele através do esporte o modelou dele ser o que ele era atualmente, então, ele até agradecia o professor Cecon pelo esporte e o esporte que era da cidade e do Município e, infelizmente, a modalidade que ele curti, que era a modalidade do rodeio, ainda não chegou a escolinha mas, com certeza, que sairia, um dia chegaria, porque eles tinham muitos jovens que queriam entrar naquele mundo e que também estava lá à frente do futebol e estava quase que empatado o rodeio no País, e eles viam muitos jovens da cidade viajando para fora, procurando incentivos para poder ajudar, então, criar no Município a Escola do Rodeio, para poder ter um incentivo àquela modalidade de esporte; a seguir, pediu a palavra a senhora Tais Camellini Esteves dizendo que ela só era contra aquela Copa São Paulo, ela amava esportes, ela veio de uma escola de atletismo de Campinas onde foram formados Fabiana Murer, campeã três vezes mundial, Mauren Maggi, campeã olímpica, Wanderlei Cordeiro de Lima, ela treinava naquela equipe e aquela equipe veio de uma base pequena, uma escolinha e ela era a favor do esporte, ela só não era a favor do momento em que se encontrava Jaguariúna, por isso que ela iria votar contra a Copa São Paulo, e ela só queria deixar bem claro que ela amava esporte de paixão, esporte estava na família dela, mas era o momento em que se encontrava a cidade e ela queria deixar bem claro a todos; a seguir, Sr. Presidente apresentou Requerimento de prorrogação de sessão, com



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

fundamento no art. 140, combinado com o art. 23, I, “a”, ambos do R.I. para que se ultimasse a votação das proposições da Ordem do Dia, visto o tempo regimental estar se esgotando; suspendeu a sessão para que a técnica colocasse o requerimento no sistema; feito isso, reabriu a sessão e em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, reabriu a discussão da Emenda e em votação, foi a mesma aprovada por 09 (nove) votos favoráveis, sendo 03 (três) contrários dos Srs. David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves; a seguir, em discussão o Projeto de Lei nº 092/2019 do Executivo Municipal, dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termos diversos com a Federação Paulista de Futebol visando sediar a Copa São Paulo de Futebol Júnior – 2020, e dá outras providências, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que era tudo aquilo que eles comentaram, e que achava que grande parte das falas tinha razão, a Tais tinha total razão quando falava dos problemas da cidade, mas ele também elogiava o Secretário e sua Equipe, que eles viam muita coisa boa acontecer, mas que ele fazia uma comparação básica, que eles estavam falando de duzentos e cinquenta mil para um evento de aproximadamente vinte dias e nenhuma seleção, nenhum time era deles, com certeza, de prestígio, estadualmente falando, que pudesse gerar frutos positivos na questão turística e de visibilidade para o Município; quando se falava de duzentos e cinquenta mil reais, e até perguntou para o nobre Colega, que tinha um projeto social muito bonito, no hoje atendia quatrocentos alunos, com cem mil reais por ano, então, eles poderiam triplicar um projeto como aquele, e tinha certeza que o Esportes faria muito mais uso com tudo isso; disse que o clube era muito importante eles investirem, sim, era importante toda aquela visibilidade, mas tinha certeza que se Jaguariúna não fosse sede naquele ano, o Clube estaria jogando em outra cidade, também, representando Jaguariúna da mesma forma, mas o que mais o indignou de tudo isso, foi que ele viu na semana anterior, e até comentou na reunião de Comissões, saiu a licitação de hotéis e outras coisas antes mesmo deles votarem, e que achou um grande desrespeito, porque se já foi assinado um compromisso, já foi feita a licitação, eles tinham a certeza que aquele projeto iria passar; disse que estava falando com o nobre Colega Luiz Carlos, e que não sabia nem da legalidade de um processo como aquele, de licitação, sendo que já foi publicado, sem saber se a Casa iria autorizar ou não iria autorizar a utilização desse recurso; disse ter achado um grande desrespeito à Câmara de Vereadores, porque poderia ter sido votado desde lá de trás, apresentado na Casa com certa antecedência, e isso não



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

foi feito e eles já estavam contando com a aprovação do projeto, e que isso era mais um motivo para eles votarem contrários, mas ressaltava a importância do Esporte, como a nobre Colega falou; ressaltou, também, a questão do esporte em Jaguariúna que estava vendo situações muito positivas na questão esportiva da cidade, mas ainda achava que não era o momento de se aprovar; disse que deu um voto de confiança no ano anterior, mas ele sentiu que no final daquele ano faltou dinheiro para algumas coisas, que poderiam, sim, estarem gastando com a população indiretamente, inclusive no Esportes; disse que sobre a questão de remanejamento valia ressaltar que remanejamento podia existir, mas ele compactuava com o nobre Colega Magrão, que falou que o dinheiro do Esportes tinha que se investido no Esportes, e que concordava, mas achava que eles não podia desabrigar nenhuma outra Secretaria, porque Esporte era importante, Cultura era importante, Educação era importante, o que precisava mesmo era gestão e administração, que ao seu ver era o que estava faltando; quando eles apontavam a questão da Saúde, eles estavam falando num orçamento de cento e sete milhões de reais, e ao seu ver mal investido, com sessenta milhões no Hospital, com falta de explicações, e que não achava que tinha que tirar do Esporte, para investir nessas áreas, porque investir no Esporte se investia em Saúde, indiretamente, só que ao seu ver poderia ser investido em outro formato, com projetos, como o nobre Colega Cecon, no hoje, representava a Cidade, como diversos outros, tinham o Taekwondo, entre outras modalidades que poderiam ser investidas, como o próprio Rugby, que naquele dia ele teve uma reunião e viu que o Município não aportava nenhum recurso, até mesmo a questão de viagens, de transportes para eles competirem em outras cidades e poderem fazer essa interação, e com um valor como aquele, que estava sendo gasto em vinte dias, não estava vendo, e como foi publicado com antecedência, antes mesmo da Casa aprovar, visibilidade, porque não tinham times de relevância, que iria vir para Jaguariúna, como também ele não estava vendo algo como ele viu na última Copinha de grande relevância para o Esporte local; disse que torcia muito para que o time de Jaguariúna desse certo, parabenizou a diretoria e tinha que ser investido e acreditar no esporte, com certeza, futebol era a paixão nacional, sim, só que eles tinham que ver que existiam outras modalidades, que precisavam dessa modalidade; disse que ficava ali a explicação de seu voto contrário, e agradeceu a todos pela atenção; a seguir, pediu a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que disse ao nobre Vereador que foi bem lembrado, e que, no ano anterior, as meninas da Federação a procurou para disputarem o Campeonato Paulista de Rugby, ali na



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

cidade de Jaguariúna, sem custo nenhum, só precisavam de uma escola para ficarem alojadas; simplesmente aconteceu que deixaram de passar o dia, e elas perderam o Campeonato que seria ali, isso se Jaguariúna desse uma escola para elas poderem disputar o campeonato, sem custo nenhum, ia ser televisionado, tudo bonitinho, levando o nome, e perguntou se Rugby não interessava para Jaguariúna, e que era isso que a deixava muito triste, muito triste, e simplesmente passou a data e ninguém falou nada; a seguir, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon dizendo que queria agregar à fala do David a importância do Esporte, e que no hoje, o “Guerreiros da Paz”, que ele criou havia vinte anos, quem comandava era o Vitor Rol, agora que lhe faltava tempo, eram em dez parques da cidade, sete professores, e dentre esses professores, crianças que começaram com ele, que até passaram pelo tráfico, estavam em três cidades, e, infelizmente, Santo Antonio de Posse, no ano anterior, ele tinha criado o projeto, a filosofia, no Boldrini, com crianças com câncer, e depois aperfeiçoou; começou em Santo Antonio de Posse, numa escola chamada “Lala Villalva”, só que no ano anterior, por causa de política, por causa de mil reais, foi lhe arrancado esse projeto de Santo Antonio de Posse, e essa classe, que já participava de campeonatos, no hoje, três crianças dessa classe, elas eram portadoras de HIV, e eram andantes de rua em Santo Antonio de Posse, e que achava que isso era um caso grave, que ele tinha que se calar, mas era uma coisa que morava dentro do seu coração e que ele ia lá e via aquelas crianças, não tinha forças, não tinha poder aquisitivo para tirá-las da rua, porém ele trabalhava, amava o esporte, o Airton Fante, ali de Jaguariúna, também era uma força, um império de crianças mudando de vida e também a Capoeira; juntas, as três artes marciais, Jiu-Jitsu, Taekwondo e Capoeira, no hoje agrupavam mil crianças mudando de vida, agradeceu; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. David Hilário Neto que só para ressaltar, falou sobre a questão do orçamento, e que eles estavam discutindo, se iria aumentar ou não o orçamento para o Esportes, e que aquele valor de duzentos e cinquenta mil já estava na Pasta do Esportes, mas se ele não fosse investido na Copinha, ele estaria sendo investido no Esporte, em qualquer outra área ou modalidade, e que era bom deixar isso ressaltado, porque estava parecendo que eles estavam tirando os duzentos e cinquenta mil da Pasta do Esporte e que não era isso que estava acontecendo naquele dia; mais uma vez disse que projetos como aqueles, que eles viam que funcionavam, projetos muito belos, e que Jaguariúna podia, sim, sediar a Copinha, mas quando eles tivessem situações um pouco mais favoráveis, porque eles sabiam que tinham recursos, sabiam de tudo isso, mas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

quando chegava a Secretaria de Finanças, falava que estava terrível, inclusive, ele tinha conversado com um parceiro deles, que estava com dificuldade de receber na questão de Vans, e falou que iria parar, e que eles estavam vendo que os pagamentos, também, até para a área esportiva, estava atrasando, e não estava sendo bem gerido e administrado, e que valia ressaltar que eles eram a favor do Esporte, sim, só que com um pouco mais de responsabilidade; agradeceu, desejando boa noite; pediu, novamente, a palavra o Sr. Cristiano José Cecon dizendo que, só para encerrar, e que em Santo Antonio de Posse, naquela gestão, voltou e o filho do Prefeito era professor voluntário do projeto. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 092/2019 do Executivo Municipal, dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termos diversos com a Federação Paulista de Futebol visando sediar a Copa São Paulo de Futebol Júnior – 2020, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por 09 (nove) votos favoráveis, sendo 03 (três) contrários dos Srs. David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves; 8. Projeto de Lei nº 093/2019 do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica, a Lei Municipal nº 2.425/2017 que dispõe sobre o parcelamento de débitos de tributos e/ou de preços públicos na forma que especifica (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art .50, § 1º, I, do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Foi apresentada a seguinte Emenda de autoria da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação: “Art. 1º - Altera o artigo 1º do referido Projeto: Art. 1. (...) Art. 2º Os débitos tributários ou de preços públicos inscritos na dívida ativa do Município, vencidos e não pagos, poderão ser pagos à vista ou parcelado, da seguinte forma:” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que falou da leitura e se poderia repetir os débitos tributários; naquele momento o Presidente pediu a gentileza que se repetisse os débitos... no momento da leitura o Vereador Luiz Carlos disse que tinha colocado “ser”, o verbo “ser”; daí o Sr. Presidente disse que: “poderão ser”; daí o Sr. Luiz Carlos disse que e o Sr. Presidente falou que já tinha sido corrigido. Em votação, foi a emenda aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em discussão o Projeto de Lei nº 093/2019 do Executivo Municipal que altera, conforme especifica a Lei Municipal nº 2.425/2017 que dispõe sobre o parcelamento de débitos de tributos e/ou de preços públicos na forma que especifica, pela ordem, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que só queria esclarecer o projeto, a lei atual estava sendo alterada e poderia ser paga até doze parcelas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mensais e que estava sendo estendida para vinte e quatro parcelas mensais, à vista, estava sendo uma concessão de vinte e cinco por cento de redução de multa de juros; também tinha uma modificação na parcela mínima para pessoa jurídica, era de cem e passou para cento e cinquenta e outra alteração foi aquela que já comentaram que aconteceu nos outros projetos de lei complementar que votaram no início e as parcelas não teriam mais atualização; então, aquela era aquela modificação que estava sendo proposta na lei, era só para, porque, às vezes, as pessoas que estavam assistindo e como já participou da reunião das comissões, as pessoas poderiam se perguntar o que estava votando lá, então, era só para deixar um pouco mais claro, agradeceu; em votação o Projeto de Lei nº 093/2019 do Executivo Municipal, altera, conforme especifica a Lei Municipal nº 2.425/2017 que dispõe sobre o parcelamento de débitos de tributos e/ou de preços públicos na forma que especifica, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Projeto de Lei nº 096/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, que institui a “Semana do Programa Educacional de Prevenção às Drogas e à Violência” no Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a” § 1º, I, do R.I.) Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em discussão pela ordem, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que, mais uma vez, cumprimentou a todos e disse ao Presidente que aquele era um projeto simples, mas que tinha a sua importância, e que visava firmar a parceria da Polícia Municipal e Polícia Militar para as instituições de ensino público da rede básica, onde dava um alerta, falava dos perigos das drogas e da violência para as crianças daquela faixa etária; então, ele achava que aquele era o caminho pois sabiam o mal que as drogas causavam na vida das pessoas, então, tinham que, desde cedo, ir orientando para que seguissem a vida tranquila e saudável e que contava com o apoio dos Pares, agradeceu. A seguir em Votação o Projeto de Lei nº 096/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, institui a “Semana do Programa Educacional de Prevenção às Drogas e à Violência” no Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 10. Projeto de Lei nº 097/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, dispõe sobre assistência jurídica integral e gratuita a todos os Guardas/Polícias Municipais, no exercício de suas funções ou em razão delas, que se envolvem, ou seja, aplicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial no Município de Jaguariúna, e dá outras



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, I, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade Em discussão pela ordem, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou a todos, novamente, e disse ao Presidente que aquele projeto de sua autoria, em parceria com o Vereador Cristiano Cecon dizia que dava aquele amparo legal para a Polícia Municipal de Jaguariúna, via Município, achavam que era justo, confirmando com o Cris, uma vez que tinham setenta guerreiros do Município que estavam na eminência de acontecer alguma coisa a qualquer momento e, acharam justo ter o amparo do Município; falou-se bastante, discutiram na reunião de Comissões e até teve entendimento para ter uma OAB, mas, a Guarda Municipal, Polícia Municipal não tinha o perfil da OAB; a OAB tendia a baixa renda, que não comportaria aquele entendimento para eles, por isso que chegaram naquele consenso do projeto e queria contar com o apoio dos Pares, achava e voltava a falar mais uma vez, era merecido e no ofício do trabalho, confirmou com o Fred, no ato da função, tinha que ter o amparo do Município; então, ele achava justo e queria contar com o apoio dos Pares para a aprovação daquele projeto; agradeceu e desejou boa noite; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva dizendo que só queria relatar que aquela não foi uma discussão assim muito fácil nas Comissões porque tinha um entendimento que tinha vício de iniciativa e tal, mas até pela justiça do projeto, eles resolveram, de certa forma, aprovar na Câmara, mas que ficou aquela discussão e aquela dúvida sobre a questão do vício de iniciativa e eles teriam que, enfim, estavam apostando, realmente na justiça do projeto; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que achava importante, também e que iria votar favorável àquele projeto, achava que os servidores necessitavam daquela assistência; o que causava um pouco de preocupação era o parágrafo único do projeto que ia em direção do que o Silva mencionou, ele achava importante e que o Executivo de fato tinha que...eles sabiam que a atribuição deles não era uma atribuição fácil que lidava com violência, colocava em risco a vida e que era um negócio complicado, poderia se envolver em determinadas coisas que precisaria de assistência jurídica e que achava importante; a única preocupação era, como o Silva disse, era o vício de iniciativa e que iriam ficar no aguardo; ele ia votar favorável porque achava importante aquela assistência para aqueles servidores; pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon dizendo que aquele era um projeto do Romilson só que ele, Cecon, estava incluído porque tinha feito uma indicação no mês de março,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mês de abril e agradecia por ter sido incluído naquele projeto e que foi uma promessa de campanha e ele espera agora estar podendo concretizá-lo; pediu a palavra o Sr. José Muniz que cumprimentou a todos, novamente, e disse que ia falar o que o Silva e Vereador Bozó já tinham falado lá do projeto mas, queria parabenizar o Vereador Cristiano José Cecon e o Romilson pelo projeto, os Guardas mereciam, assim como o Bozó falou, que colocavam, arriscavam a vida deles para salvar a vida deles e da população e, quando precisavam, confirmou com o Bozó, não tinha amparo nenhum; então, parabenizou mais uma vez o Vereador e que ele era favorável ao projeto, também. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 097/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, que dispõe sobre assistência jurídica integral e gratuita a todos os Guardas/Polícias Municipais, no exercício de suas funções ou em razão delas, que se envolvem, ou seja, aplicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial no Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura do seguinte Edital: “Edital de Convocação nº 025/2019. - De Sessão Extraordinária: O Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 28ª (Vigésima Oitava) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar nº 020/2019 do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica a Lei Complementar Municipal nº 336/2019, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências; 2. Projeto de Lei Complementar nº 021/2019 do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica a Lei Complementar Municipal nº 290/2017, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências; 3. Projeto de Lei Complementar nº 022/2019 do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica a Lei Complementar Municipal nº 316/2018, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências; 4. Projeto de Lei nº 084/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, que institui o Sistema Colaborativo de Segurança e Monitoramento no Município de Jaguariúna, e dá outras



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

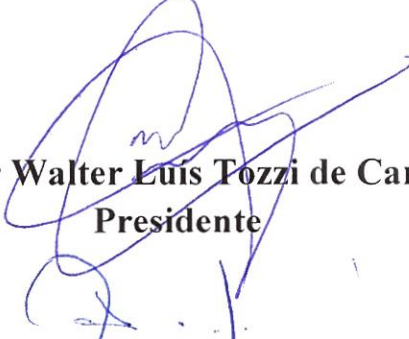
providências; 5. Projeto de Lei nº 091/2019 do Executivo Municipal, que dispõe sobre denominação do Centro de Treinamento de Tênis Gustavo Kuerten – Guga; 6. Projeto de Lei nº 092/2019 do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termos diversos com a Federação Paulista de Futebol visando sediar a Copa São Paulo de Futebol Júnior – 2020, e dá outras providências; 7. Projeto de Lei nº 093/2019 do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica a Lei Municipal nº 2.425/2017 que dispõe sobre o parcelamento de débitos de tributos e/ou de preços públicos na forma que especifica; 8. Projeto de Lei nº 096/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, que institui a “Semana do Programa Educacional de Prevenção às Drogas e à Violência” no Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 9. Projeto de Lei nº 097/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, que dispõe sobre assistência jurídica integral e gratuita a todos os Guardas/Polícias Municipais, no exercício de suas funções ou em razão delas, que se envolvem, ou seja, aplicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial no Município de Jaguariúna, e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 28ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 3 de dezembro de 2019. Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo - Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani De Campos Souza Venturini - Diretora Geral”. Tendo se esgotado o tempo regimental, não houve Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores naquela sessão e o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dez de dezembro de dois mil e dezenove, terça-feira, com início determinado para as dezoito e trinta horas e lembrou a todos que em virtude de ter a programação da Ordem do Dia ficou encerrada a sessão e, antes do encerramento o Presidente gostaria somente de passar algumas informações aos senhores: Sessão Solene quarta-feira, dia seguinte e quinta-feira, às dezenove horas no Teatro Municipal para entrega de Título de Cidadão Jaguariunense; disse ainda que, ao fundo do Plenário da Câmara tinha uma exposição dos alunos de arquitetura da Faculdade de Jaguariúna - FAJ que tratava dos alunos do sexto semestre de Arquitetura E Urbanismo do Centro Universitário que desenvolveram um projeto de estação intermodal de passageiros para a cidade de Jaguariúna, aquele projeto era amplo e com qualidade para atender pessoas de várias modalidades, levando em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

consideração os condicionantes urbanos da cidade de Jaguariúna; estava ao fundo para todos conhecerem, tinha o projeto e foi pedido a cessão de espaço para divulgar aquele trabalho dos alunos de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAJ; disse ainda que a reunião de Comissões seria quinta-feira, às dezessete horas naquela Casa para discussão dos projetos que seriam liberados para a última sessão ordinária do ano, deu início, a seguir, à Tribuna Livre, e em seguida à Sessão Extraordinária ora convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.


Vereador Walter Luis Tozzi de Camargo
Presidente


Vereadora Cássia Murer Montagner
Vice Presidente


Vereador Afonso Lopes da Silva
Primeiro Secretário


Vereador Cristiano José Cecon
Segundo Secretário